



Relatório e Contas Individuais

2010

Portugal Telecom, SGPS, S.A.



Relatório e Contas Individuais

2010

RELATÓRIO DE GESTÃO	
INTRODUÇÃO	3
SÍNTESE DA ACTIVIDADE	3
INFORMAÇÕES LEGAIS	3
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	4
EVENTOS DO EXERCÍCIO E DESENVOLVIMENTOS RECENTES	6
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	74
INFORMAÇÃO A PRESTAR NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	81
RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	85
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	89
RELATÓRIO DE AUDITORIA	92

Relatório de gestão

Introdução

O relatório de gestão relativo à actividade consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa”) faz ampla referência a todos os aspectos relativos à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

Conforme divulgado na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras individuais a Empresa adoptou, com efeitos a partir de 1 Janeiro de 2010 as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”), no âmbito do novo Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). Contudo as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (“IFRS”), conforme normativo aplicável às empresas cotadas em bolsas de valores da União Europeia. A reconciliação do capital próprio em 31 de Dezembro de 2010 e do resultado líquido do exercício findo nessa data, atribuíveis aos accionistas da Empresa, entre as demonstrações financeiras individuais (de acordo com as NCRF) e as consolidadas (de acordo com as IFRS) é conforme segue (valores em milhões de euros):

Reconciliação entre as NCRF e as IFRS	Milhões de euros	
	Resultado líquido	Capital próprio
De acordo com as NCRF	5.125	4.278
Variações cambiais decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (IAS 21)	577	-
Custos directos incorridos com a concentração de actividades empresariais (IFRS 3)	(25)	(26)
Amortização de goodwill e licenças (IAS 36 e 38)	(9)	52
Instrumentos financeiros (IAS 39)	4	-
Subsídios ao Investimento (IAS 20)	-	(12)
De acordo com os IFRS	5.672	4.392

Síntese da actividade

Para além da sua actividade de gestão de participações sociais noutras sociedades, a sociedade não desenvolveu qualquer actividade operacional directa.

Informações legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social.
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por qualquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os

membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, excepto para aqueles mencionados na Nota 45 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010.

Proposta de aplicação de resultados

Considerando que:

- A) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 apurou-se, como resultado líquido do exercício, o montante de 5.124.694.888 Euros, dos quais 4.279.794.322 Euros constituem o lucro distribuível apurado no exercício nos termos legais, já após cobertura de resultados transitados negativos;
- B) No dia 3 de Novembro de 2010, o Conselho de Administração deliberou apresentar aos accionistas da PT uma nova política de distribuição de dividendos consistente com o perfil financeiro da Sociedade no seguimento da alienação da sua participação na Brasilcel, N.V. e tomando em consideração o investimento proposto na Oi, a eventual transferência para o Estado Português das responsabilidades com pensões e fundos de pensões e o compromisso de manutenção de um sólido *rating* de “*investment grade*”;
- C) Nos termos da política de remuneração accionista então delineada pelo Conselho de Administração, aos accionistas da PT seria distribuído um dividendo considerado excepcional de 1,65 Euros por acção, do qual 1,00 Euro por acção foi pago em 28 de Dezembro de 2010 (como adiantamento dos lucros de 2010), devendo os restantes 0,65 Euros por acção ser pagos em 2011 após a aprovação da Assembleia Geral de Accionistas;
- D) Tal política contemplava ainda o pagamento de um dividendo ordinário de 0,65 Euros por acção para os exercícios fiscais findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2011, representando um aumento de 13% em relação ao compromisso inicial da empresa de 0,575 Euros por acção para o mesmo período (sujeito à aprovação das competentes Assembleias Gerais de Accionistas);
- E) O montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício deliberado pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010 ascendeu a 896.515.500 Euros, tendo o valor efectivamente distribuído sido fixado em 875.872.500 Euros, uma vez deduzido o montante correspondente às acções detidas através de *equity swaps*;

O Conselho de Administração propõe que:

- 1) Do resultado líquido do exercício, o montante de 413.661.880 Euros seja utilizado para cobertura de resultados transitados negativos;
- 2) Do lucro distribuível apurado no exercício nos termos legais, para além do montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício feito em Dezembro de 2010, seja pago aos accionistas um montante global de 1.165.466.250 Euros,

correspondendo a 1,30 Euros por acção, relativamente ao número total de acções emitidas, dividido da seguinte forma:

a) um montante de 582.733.125 Euros, correspondendo a 65 cêntimos de Euro por acção, relativamente ao número total de acções emitidas, respeitante à parte remanescente do dividendo considerado excepcional acima referido e ainda não pago;

e

b) um montante adicional de 582.733.125 Euros, correspondendo a um dividendo ordinário de 65 cêntimos de Euro por acção, relativamente ao número total de acções emitidas, o qual surge na sequência da deliberação do Conselho de Administração do dia 3 de Novembro de 2010 de apresentar para aprovação dos accionistas da PT uma nova política de distribuição de dividendos consistente com o perfil financeiro da Sociedade;

devendo o remanescente do resultado líquido do exercício ser transferido para resultados transitados;

3) Deste modo, e tomando em consideração o montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício feito em Dezembro de 2010, propõe-se que o valor total a pagar a título de dividendos relativos ao exercício de 2010 seja fixado em 2.061.981.750 Euros, correspondendo a um dividendo unitário de 2,30 Euros por acção;

4) Tomando em consideração a proposta constante do ponto [6] da ordem de trabalhos, não será possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Sociedade, pelo que se propõe que se observe na distribuição da verba global de 1.165.466.250 Euros prevista nos parágrafos anteriores, calculada na base de um montante unitário por acção emitida (no caso, 1,30 Euros por acção), o seguinte:

a) A cada acção emitida seja pago o montante unitário de 1,30 Euros;

b) Não seja pago, sendo transferido para resultados transitados, o montante correspondente às acções que, no dia de pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria Sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 1,30 Euros por acção emitida);

5) Considerando o direito ao pagamento acima referido inerente às acções resultantes do exercício do direito de conversão de obrigações convertíveis emitidas:

a) A cada acção com direito a dividendo resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja pago o referido montante unitário de 1,30 Euros;



- b) O pagamento referente a cada acção resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja efectuado mediante utilização de resultados transitados.

Eventos do exercício e desenvolvimentos recentes

Os eventos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e desenvolvimentos recentes encontram-se descritos no relatório consolidado da Portugal Telecom, SGPS, S.A., para o qual nos permitimos remeter os senhores Accionistas.

Lisboa, 24 de Março de 2011

Henrique Granadeiro, Presidente do Conselho de Administração

Zeinal Bava, Presidente Executivo

Luís Pacheco de Melo, Administrador executivo, *Chief Financial Officer*

Carlos Alves Duarte, Administrador executivo

Manuel Rosa da Silva, Administrador executivo

Shakhaf Wine, Administrador executivo

Francisco Manuel Marques Bandeira, Administrador não-executivo



José Guilherme Xavier de Basto, Administrador não-executivo

João Manuel de Mello Franco, Administrador não-executivo

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Administrador não-executivo

Mário João de Matos Gomes, Administrador não-executivo

Gerald Stephen McGowan, Administrador não-executivo

Rafael Luís Mora Funes, Administrador não-executivo

Maria Helena Nazaré, Administrador não-executivo

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires, Administrador não-executivo

Francisco Teixeira Pereira Soares, Administrador não-executivo



Jorge Humberto Correia Tomé, Administrador não-executivo

Paulo José Lopes Varela, Administrador não-executivo

Milton Almicar Silva Vargas, Administrador não-executivo

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos, Administrador não-executivo



Demonstrações financeiras

ÍNDICE

Balanço individual

Demonstração dos resultados individuais

Demonstração das alterações no capital próprio individual

Demonstração dos fluxos de caixa individuais

Anexo às demonstrações financeiras individuais

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros
6. Activos fixos tangíveis
7. Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial
8. Partes relacionadas
9. Outros activos e passivos financeiros
10. Impostos sobre o rendimento
11. Estado e outros entes públicos
12. Outras contas a receber e a pagar
13. Diferimentos
14. Capital próprio
15. Provisões e passivos contingentes
16. Financiamentos obtidos
17. Fornecedores
18. Credores por acréscimos de gastos
19. Ganhos/(perdas) em empresas participadas
20. Fornecimentos e serviços externos
21. Gastos com o pessoal
22. Aumentos/(reduções) de justo valor
23. Outros rendimentos e ganhos
24. Outros gastos e perdas
25. Depreciações e amortizações ((gastos)/reversões)
26. Juros e rendimentos/gastos similares
27. Resultado líquido por acção
28. Garantias e outros compromissos financeiros
29. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

**PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.****BALANÇO**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

		euros	
	Notas	2010	2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	1491857	1521371
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	10.027.794.939	9.819.693.453
Participações financeiras - outros métodos		1553.402	1593.306
Saldos com empresas do Grupo	8	928.190.728	1075.898.658
Outros activos financeiros	9	643.242	4.001
Activos por impostos diferidos	10	5.871.483	9.253.827
Total do activo não corrente		10.965.545.651	10.907.964.616
Activo corrente			
Adiantamentos a fornecedores		90.709	83.975
Estado e outros entes públicos	11	5.667.463	44.416.090
Saldos com empresas do Grupo	8	789.318.955	824.791.184
Outras contas a receber	12	35.111.329	46.968.530
Diferimentos	13	2.127.133	2.141.450
Activos não correntes detidos para venda	7	131839.636	-
Caixa e depósitos bancários	4	825.831.437	34.591.078
Total do activo corrente		1.789.986.662	952.992.307
Total do activo		12.755.532.313	11.860.956.923
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	14	26.895.375	26.895.375
Ações próprias	14	(178.071.826)	(178.071.826)
Reserva legal	14	6.773.139	6.773.139
Outras reservas	14	58.456.357	58.560.276
Ajustamentos em activos financeiros	14	428.480.272	(179.603.228)
Resultados transitados	14	(413.661.880)	579.166.608
Dividendos antecipados	14	(875.872.500)	-
Resultado líquido	14	5.124.694.888	644.363.246
Total do capital próprio		4.277.693.825	1.058.083.590
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	410.136	2.099.628
Financiamentos obtidos	16	2.940.777.587	3.188.539.899
Diferimentos	13	4.860.716.873	6.828.441.183
Passivos por impostos diferidos	10	15.143.542	15.143.542
Outros passivos financeiros	9	3.805.052	4.204.920
Total do passivo não corrente		7.820.853.190	10.048.429.172
Passivo corrente			
Provisões	15	31636.115	20.126.911
Financiamentos obtidos	16	553.908.306	689.075.552
Diferimentos		227.490	227.490
Saldos com empresas do Grupo	8	18.165.319	1809.471
Fornecedores	17	1455.763	2.277.768
Credores por acréscimos de gastos	18	50.117.899	40.116.763
Estado e outros entes públicos	11	1471344	799.197
Outras contas a pagar		3.062	11009
Total do passivo corrente		656.985.298	754.444.161
Total do passivo		8.477.838.488	10.802.873.333
Total do capital próprio e do passivo		12.755.532.313	11.860.956.923

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

		euros	
	Notas	2010	2009
Ganhos/(perdas) em empresas participadas	19	5.271.597,728	778.863,633
Fornecimentos e serviços externos	20	(11.381,655)	(5.691,000)
Gastos com o pessoal	21	(7.944,618)	(14.417,894)
Impostos indirectos		(1.701,131)	(655,599)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	12	(4.063,283)	-
Provisões ((aumentos)/reduções)	15	(6.208,060)	884,663
Aumentos/(reduções) de justo valor	22	1.180,676	6.024,238
Outros rendimentos e ganhos	23	3.484,646	3.956,248
Outros gastos e perdas	24	(33.990,721)	(15.407,473)
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		5.210.973.900	753.556.816
Depreciações e amortizações ((gastos)/reversões)	25	(27.104,4)	(345,227)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		5.210.702.856	753.211.589
Juros e rendimentos similares obtidos	26	99.979,131	74.146,474
Juros e gastos similares suportados	26	(24.030,095)	(188.469,926)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		5.096.651.892	638.888.137
Imposto sobre o rendimento	10	28.042,996	5.475,109
RESULTADO LÍQUIDO		5.124.694.888	644.363.246
Resultado líquido por acção básico	27	5,72	0,72
Resultado líquido por acção diluído	27	5,30	0,64

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2010

		Capital realizado	Acções próprias	Reserva legal	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Resultados transitados	Dividendos antecipados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Posição em 31 de Dezembro de 2008, de acordo com o POC (Nota 2)		26.895.375	-	6.773.139	137.381.149	393.744.048	637.541.497	-	-	1.202.335.209
Imposto de adição das NCRF em 1 de Janeiro de 2009 (Nota 2)		-	(78.071.826)	-	41259.650	(1421364.478)	376.777.477	-	-	(1.811.399.871)
Posição em 1 de Janeiro de 2009, de acordo com as NCRF (Nota 2)	A	26.895.375	(78.071.826)	6.773.139	178.640.809	(1.027.620.429)	1.014.318.974	-	-	20.936.042
Alterações no exercício:										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	693.283.529	-	-	-	693.283.529
Lucros não atribuídos		-	-	-	-	1771.962	(1771.962)	-	-	-
Reestruturação societária		-	-	-	-	(55.667.513)	55.667.513	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(723.392)	206.629.233	(329.957)	-	-	207.575.884
Resultado líquido	B	-	-	-	(723.392)	848.017.201	53.565.604	-	-	900.859.415
Resultado integral	C	-	-	-	-	-	-	-	644.363.246	644.363.246
Operações com detentores de capital:	B+C									1.545.222.659
Aplicação de resultados		-	-	-	(11.908.718)	-	(488.717.970)	-	-	(503.626.688)
Imposto do rendimento sobre equity swaps sobre acções próprias		-	-	-	(4.448.423)	-	-	-	-	(4.448.423)
Posição em 31 de Dezembro de 2009	D	26.895.375	(78.071.826)	6.773.139	158.560.276	(79.603.228)	488.717.970	-	644.363.246	1.058.083.590
Alterações no exercício:	E=A+B+C+D									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	318.556.078	-	-	-	318.556.078
Lucros não atribuídos		-	-	-	-	1458.649	(1458.649)	-	-	-
Alteração da Vivo		-	-	-	-	(572.602.757)	11303.598	-	-	(471.299.159)
Transferência de ajustamentos de partes de capital para resultados transitados		-	-	-	-	1222.815.955	(1222.815.955)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(103.918)	369.510.065	2.249	-	-	(359.611.735)
Resultado líquido	F	-	-	-	(103.918)	608.083.500	(1.122.334.397)	-	-	(514.354.815)
Resultado integral	G	-	-	-	-	-	-	-	5.124.694.888	5.124.694.888
Operações com detentores de capital:	F+G									4.610.340.072
Aplicação dos resultados do ano anterior		-	-	-	-	-	140.736.558	-	(644.363.246)	(503.626.688)
Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	-	(875.872.500)	-	(875.872.500)
Imposto do rendimento sobre equity swaps sobre acções próprias		-	-	-	-	-	(11230.649)	-	-	(11.230.649)
Posição em 31 de Dezembro de 2010	H	26.895.375	(78.071.826)	6.773.139	158.456.357	428.480.272	(413.661.880)	(875.872.500)	5.124.694.888	4.277.893.825
	E+F+G+H									

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

**PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

		euros	
	Notas	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	4.(a)	-	10.767.183
Pagamentos a fornecedores		(21.547.750)	(18.225.675)
Pagamentos ao pessoal		(7.375.673)	(13.758.489)
		(28.923.423)	(21.216.981)
Recebimentos de imposto sobre o rendimento	4.(b)	142.975.180	20.500.376
Outros (pagamentos)/recebimentos		(18.607.219)	5.529.962
Fluxos das actividades operacionais (1)		95.444.538	4.813.357
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		44.798	5.731
Investimentos financeiros	4.(c)	666.533.418	361.487.140
Empréstimos concedidos	4.(d)	124.396.244	63.536.444
Juros e rendimentos similares		74.111.637	89.466.730
Dividendos	4.(e)	1.755.844.768	327.790.976
		3.710.930.865	842.287.021
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(64.947)	(56.372)
Investimentos financeiros	4.(f)	(60.918.963)	(29.897.696)
Empréstimos concedidos	4.(d)	(968.966.389)	-
		(1.029.950.299)	(29.954.068)
Fluxos das actividades de investimento (2)		2.680.980.566	812.332.953
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	4.(g)	18.121.461.846	27.108.205.257
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	4.(g)	(18.522.531.136)	(27.502.115.710)
Juros e gastos similares		(199.453.054)	(169.108.713)
Dividendos	14.6	(1.379.499.188)	(503.626.688)
Outras actividades de financiamento	4.(h)	(4.876.200)	(39.396.242)
		(20.106.359.578)	(28.214.247.353)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1.984.897.732)	(1.106.042.096)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		791.527.372	(288.895.786)
Efeito das diferenças de câmbio		(287.013)	(1.242.209)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		34.591.078	324.729.073
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4.(i)	825.831.437	34.591.078

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Portugal Telecom” ou “Empresa”) e as suas empresas subsidiárias e associadas (Nota 8) que integram o seu universo empresarial (“Grupo Portugal Telecom” ou “Grupo”), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro. A Empresa tem como objecto social a gestão de participações sócias. Em Setembro de 2010, o Grupo Portugal Telecom, através da PT Móveis, concluiu a alienação da participação de 50% na Brasilcel (a *joint venture* que controla a Vivo).

Em 26 de Janeiro de 2011, a Portugal Telecom assinou, com a Oi (empresa de telefonia móvel e fixa no Brasil) e com os seus accionistas controladores, os acordos definitivos de compra e venda, de subscrição e de accionistas. Com a assinatura destes acordos, o Grupo continuará a beneficiar de escala e diversificação geográfica em mercados de elevado potencial de crescimento, como é o mercado brasileiro (Nota 29).

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Nota 2), tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.4. A Empresa preparou e apresentou em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que detém o controlo de gestão ou que controla conjuntamente. Nestas demonstrações financeiras individuais, foi considerado, nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2010 e no resultado líquido do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral ou proporcional a nível de activos, passivos, gastos e rendimentos.

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados.

As acções da Portugal Telecom encontram-se admitidas à cotação na Eurosnx e na NYSE – New York Stock Exchange.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho e, de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

A Empresa adoptou as NCRF pela primeira vez no ano de 2010, tendo aplicado para o efeito a “NCRF 3 Adopção pela primeira vez das NCRF” (“NCRF 3”), sendo 1 de Janeiro de 2009 a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras. Consequentemente, o balanço em 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações dos resultados e das alterações no capital próprio no exercício findo nessa data, bem como as respectivas notas anexas, apresentadas para fins comparativos, foram ajustadas em conformidade com as NCRF. Anteriormente, as demonstrações financeiras da Empresa eram apresentadas de acordo com o estabelecido no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”) e demais legislação complementar, as quais foram revogadas pelo SNC. Os ajustamentos de conversão efectuados às demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2009 foram calculados de forma retrospectiva, tal como determinado pela NCRF 3, com excepção das concentrações empresariais.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respectivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspectos específicos de algumas transacções ou situações particulares não previstas no SNC.

Desde 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom são preparadas de acordo com as IFRS tal como adoptadas pela União Europeia. Por esta razão, os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem como os resultados líquidos dos exercícios findos nestas datas que constam nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Portugal Telecom diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais.

2.1. Principais diferenças entre as NCRF e o POC

A transição do POC para as NCRF resultou na alteração de diversas políticas contabilísticas. As principais alterações ocorridas nas participadas da Portugal Telecom, as quais se reflectem nas demonstrações financeiras da Empresa através da aplicação do método de equivalência

patrimonial, bem como as alterações na própria Portugal Telecom encontram-se descritas abaixo.

2.1.1. Obrigações com o desmantelamento de activos

De acordo com as NCRF, o custo de aquisição dos activos fixos tangíveis deve incorporar o valor presente das obrigações com o desmantelamento e remoção de activos instalados em propriedade alheia ou com a reposição da situação inicial, desde que essa obrigação possa ser estimada com razoável fiabilidade e o seu pagamento seja provável. Esta situação foi aplicada a determinados activos da empresa participada TMN – Comunicações Móveis Nacionais, S.A. (“TMN”) instalados em propriedade alheia. De acordo com o POC, o reconhecimento destas obrigações era efectuado apenas no momento em que o respectivo gasto era incorrido.

2.1.2. Transacções de *Sale and Lease Back*

A PT Comunicações realizou em anos anteriores determinadas operações de venda e aluguer de imóveis, as quais se equiparam a operações de “*sale and lease back*”. As mais-valias apuradas com estas operações, as quais foram reconhecidas em resultados em POC antes da data de transição para o SNC em 1 de Janeiro de 2009, ainda se encontram parcialmente diferidas de acordo com o contrato de locação.

2.1.3. Benefícios de reforma

Com a adopção das NCRF, as empresas participadas PT Comunicações, S.A. e PT Sistemas de Informação, S.A. passaram a reconhecer directamente no capital próprio os ganhos e perdas actuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com benefícios de reforma, em detrimento do reconhecimento em resultados pelo período médio de vida laboral dos empregados activos, conforme era efectuado em POC. As perdas actuariais líquidas registadas no capital próprio em 1 de Janeiro de 2009, líquidas do correspondente efeito fiscal, ascenderam a, aproximadamente, 1.441 milhões de euros.

2.1.4. Amortização do *goodwill*

De acordo com as NCRF, o *goodwill* gerado na aquisição de participações financeiras não é amortizado, sendo objecto de análise periódica de imparidade. De acordo com o POC, o *goodwill* era amortizado regularmente por contrapartida de resultados, sendo também objecto de análise periódica de imparidade. A Portugal Telecom utilizou a opção permitida na NCRF 3 de aplicar esta regra apenas a partir da data de transição (1 de Janeiro de 2009), pelo que o ajustamento efectuado compreende apenas a reversão das amortizações efectuadas no exercício de 2009.

No POC, as mais-valias diferidas decorrentes da alienação de empresas participadas efectuadas dentro do Grupo eram reconhecidas em resultados na mesma proporção em que o *goodwill* apurado na empresa adquirente era amortizado. Na sequência da adopção das NCRF, foram revertidos os valores reconhecidos em resultados após 1 de Janeiro de 2009 na mesma proporção em que foi revertida a amortização do *goodwill* nas empresas participadas adquirentes.

2.1.5. Instrumentos financeiros

De acordo com as NCRF, os instrumentos financeiros detidos pela Empresa são reconhecidos a valor de mercado, sendo a respectiva variação reconhecida em capitais próprios ou resultados, em função do cumprimento dos critérios contabilísticos de cobertura. Em POC, somente as variações no valor de mercados dos derivados que claramente não fossem identificáveis como de cobertura económica eram reconhecidas em resultados.

2.1.6. *Equity swaps* sobre acções próprias

De acordo com as NCRF, os contratos de *equity swaps* sobre acções próprias celebrados pela Empresa reúnem os requisitos para serem reconhecidos, no momento inicial, como um passivo pela aquisição efectiva das acções, em virtude de os mesmos estipularem um número certo de acções e preço unitário e permitirem a liquidação financeira do mesmo. Em POC, apenas era reconhecida uma provisão para os *equity swaps* sempre que o seu valor de mercado fosse negativo.

2.1.7. Empréstimos por obrigações convertíveis

De acordo com as NCRF, nos empréstimos por obrigações convertíveis emitidos pela Empresa devem ser reconhecidas inicialmente duas componentes: (1) o valor presente da dívida no passivo; e (2) o valor de mercado da opção de conversão directamente no capital próprio. Em cada momento, o passivo é registado pelo seu custo amortizado. Em POC, os empréstimos por obrigações convertíveis eram reconhecidos directamente no passivo pelo seu valor nominal até à maturidade.

2.1.8. Subsídios ao investimento

De acordo com as NCRF, os subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período em que os respectivos activos são amortizados. Esta situação foi aplicada a subsídios ao investimento obtidos pela PT Comunicações em anos anteriores. Em POC, estes subsídios ao

investimento eram contabilizados como proveitos diferidos e, subsequentemente, reconhecidos em resultados durante o período em que os respectivos activos eram amortizados.

2.1.9. Equivalência patrimonial

A aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros em empresas participadas foi ajustada em conformidade com os ajustamentos de conversão efectuados por estas empresas decorrentes da transição do POC para as NCRF, alguns dos quais estão descritos acima.

2.1.10. Reclassificações

De acordo com as NCRF e os modelos de demonstrações financeiras previstos no SNC, foram ainda efectuadas diversas reclassificações às demonstrações financeiras anteriormente divulgadas em POC, das quais se destacam as seguintes:

- Os activos passaram a ser apresentados no balanço apenas pelo seu valor líquido, passando a informação sobre o valor bruto e correspondentes amortizações acumuladas e ajustamentos a ser divulgada apenas no anexo;
- O *goodwill* gerado na aquisição de empresas associadas foi incluído no valor do respectivo investimento financeiro, enquanto o *goodwill* gerado na aquisição de empresas subsidiárias foi considerado numa rubrica autónoma;
- As provisões para participações financeiras com capitais próprios negativos foram deduzidas ao valor de activos existentes relacionados com esses investimentos, nomeadamente empréstimos concedidos;
- Os ganhos e perdas em empresas subsidiárias e associadas foram considerados numa rubrica própria incluída no resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos;
- Os fornecimentos e serviços externos foram desagregados em função da natureza dos respectivos gastos; e
- Os resultados extraordinários deixaram de ser apresentados na demonstração dos resultados preparada de acordo com as NCRF, pelo que os custos e proveitos extraordinários anteriormente reportados em POC foram incluídos em diversas rubricas do resultado operacional, em função da sua natureza.

2.2. Impactos da transição do POC para as NCRF

A reconciliação entre o capital próprio em 1 de Janeiro e em 31 de Dezembro de 2009 de acordo com o POC e de acordo com as NCRF é conforme segue (valores líquidos do correspondente efeito fiscal):

	euros	
	1 Jan 2009	31 Dez 2009
Capital próprio de acordo com o POC	1.202.335.209	2.007.555.462
Amortização de goodwill	-	10.59235
Instrumentos financeiros	(2.613.592)	(3.090.616)
Equity swaps sobre acções próprias	(178.071826)	(178.071826)
Empréstimos por obrigações convertíveis	35.180.737	29.731.199
Equivalência patrimonial sobre os ajustamentos das participadas (i)	(1035.894.486)	(747.416.544)
Mais-valia diferidas	-	(61.143.320)
Impacto dos ajustamentos de conversão para as NCRF	(1.181.399.167)	(949.471.872)
Capital próprio de acordo com as NCRF	20.936.042	1.058.083.590

- (i) O impacto em 31 de Dezembro de 2009 decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial aos ajustamentos realizados pelas empresas participadas está relacionado essencialmente com as seguintes alterações de políticas contabilísticas explicadas anteriormente: (1) benefícios de reforma (impacto negativo de 804 milhões de Euros); transacções de *sale and lease back* (impacto negativo de 33 milhões de Euros); (3) obrigações com o desmantelamento de activos (impacto negativo de 21 milhões de Euros); (4) amortização de *goodwill* (impacto positivo de 98 milhões de Euros); e subsídios ao investimento (impacto positivo de 15 milhões de Euros).

A reconciliação entre o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 de acordo com o POC e de acordo com as NCRF é conforme segue (valores líquidos do efeito fiscal):

	euros	
Resultado líquido de acordo com o POC	529.778.473	
Amortização de goodwill	9.959.111	
Instrumentos financeiros	245.568	
Empréstimos por obrigações convertíveis	(5.449.538)	
Equivalência patrimonial sobre os ajustamentos das participadas (i)	169.729.392	
Mais-valia diferidas	(59.899.790)	
Impacto dos ajustamentos de conversão para as NCRF	114.584.773	
Resultado líquido de acordo com as NCRF	644.363.246	

- (i) O impacto no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial aos ajustamentos realizados pelas empresas participadas está relacionado essencialmente com as seguintes alterações de políticas contabilísticas explicadas anteriormente: (1) amortização de *goodwill* (impacto positivo de 99 milhões de Euros); (2) benefícios de reforma (impacto positivo de 60 milhões de Euros); (3) transacções de *sale and lease back* (impacto positivo de 6 milhões de Euros); e (4) obrigações com o desmantelamento de activos (impacto positivo de 3 milhões de Euros).

A reconciliação entre os balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009 preparados de acordo com o POC e de acordo com as NCRF é como segue:

euros			
BALANÇO EM 1 DE JANEIRO DE 2009	POC	Ajustamentos e reclassificações NCRF	NCRF
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	1636.401	-	1636.401
Activos intangíveis	8.747	-	8.747
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10.170.438.307	(1.179.370.535)	8.991.067.772
Participações financeiras - outros métodos	1.356.188	-	1.356.188
Accionistas e empresas do Grupo	1.117.700.204	-	1.117.700.204
Activos por impostos diferidos	17.833.899	3.401.648	21.235.547
Total do activo não corrente	11.308.983.746	(1.175.968.887)	10.133.014.859
Activo corrente			
Adiantamentos a fornecedores	88.563	-	88.563
Estado e outros entes públicos	130.101.326	-	130.101.326
Accionistas e empresas do Grupo	277.323.664	-	277.323.664
Outras contas a receber	55.566.684	-	55.566.684
Diferimentos	2.660.189	-	2.660.189
Caixa e depósitos bancários	324.729.073	-	324.729.073
Total do activo corrente	790.469.499	-	790.469.499
Total do activo	12.099.453.245	(1.175.968.887)	10.923.484.358
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	26.895.375	-	26.895.375
Acções próprias	-	(178.071.826)	(178.071.826)
Reserva legal	6.773.139	-	6.773.139
Outras reservas	137.381.149	41.259.660	178.640.809
Ajustamentos em activos financeiros	393.744.049	(142.136.478)	(102.762.429)
Resultados transitados	637.541.497	376.777.477	1.014.318.974
Total do capital próprio	1.202.335.209	(1.181.399.167)	20.936.042
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	55.729.516	(43.476.050)	12.253.466
Financiamentos obtidos	2.718.596.515	(47.864.947)	2.670.731.568
Diferimentos	6.296.508.506	-	6.296.508.506
Passivos por impostos diferidos	-	5.143.542	5.143.542
Outros passivos financeiros	-	3.555.909	3.555.909
Total do passivo não corrente	9.170.834.537	(172.641.546)	8.998.192.991
Passivo corrente			
Provisões	21040.074	-	21040.074
Financiamentos obtidos	796.679.775	178.071.826	974.751.601
Diferimentos	1205.586	-	1205.586
Accionistas e empresas do Grupo	78.795.953	-	78.795.953
Fornecedores	5.167.647	-	5.167.647
Credores por acréscimos de gastos	68.487.317	-	68.487.317
Estado e outros entes públicos	114.774.595	-	114.774.595
Outras contas a pagar	132.552	-	132.552
Total do passivo corrente	1.726.283.499	178.071.826	1.904.355.325
Total do passivo	10.897.118.036	5.430.280	10.902.548.316
Total do capital próprio e do passivo	12.099.453.245	(1.175.968.887)	10.923.484.358

euros			
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	POC	Ajustamentos e reclassificações NCRF	NCRF
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	1521371	-	1521371
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10.630.651.037	(810.957.584)	9.819.693.453
Participações financeiras - outros métodos	1593.306	-	1593.306
Accionistas e empresas do Grupo	1075.898.658	-	1075.898.658
Outros activos financeiros	4.001	-	4.001
Activos por impostos diferidos	3.75.393	5.538.434	9.253.827
Total do activo não corrente	11.713.383.766	(805.419.150)	10.907.964.616
Activo corrente			
Adiantamentos a fornecedores	83.975	-	83.975
Estado e outros entes públicos	44.416.090	-	44.416.090
Accionistas e empresas do Grupo	824.791.184	-	824.791.184
Outras contas a receber	46.968.530	-	46.968.530
Diferimentos	2.141.450	-	2.141.450
Caixa e depósitos bancários	34.591.078	-	34.591.078
Total do activo corrente	952.992.307	-	952.992.307
Total do activo	12.666.376.073	(805.419.150)	11.860.956.923
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	26.895.375	-	26.895.375
Ações próprias	-	(178.071.826)	(178.071.826)
Reserva legal	6.773.139	-	6.773.139
Outras reservas	18.023.208	40.537.068	58.560.276
Ajustamentos em activos financeiros	1.122.778.402	(1302.381.630)	(179.603.228)
Resultados transitados	203.306.865	375.859.743	579.166.608
Resultado líquido	529.778.473	114.584.773	644.363.246
Total do capital próprio	2.007.555.462	(949.471.872)	1.058.083.590
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	76.159.903	(74.060.275)	2.099.628
Financiamentos obtidos	3.238.990.510	(40.450.611)	3.198.539.899
Diferimentos	6.767.297.863	61.143.320	6.828.441.183
Passivos por impostos diferidos	-	5.143.542	5.143.542
Outros passivos financeiros	-	4.204.920	4.204.920
Total do passivo não corrente	10.082.448.276	(34.019.104)	10.048.429.172
Passivo corrente			
Provisões	20.126.911	-	20.126.911
Financiamentos obtidos	511.003.726	178.071.826	689.075.552
Diferimentos	227.490	-	227.490
Accionistas e empresas do Grupo	1.809.471	-	1.809.471
Fornecedores	2.277.768	-	2.277.768
Credores por acréscimos de gastos	40.116.763	-	40.116.763
Estado e outros entes públicos	799.197	-	799.197
Outras contas a pagar	11.009	-	11.009
Total do passivo corrente	576.372.335	178.071.826	754.444.161
Total do passivo	10.658.820.611	144.052.722	10.802.873.333
Total do capital próprio e do passivo	12.666.376.073	(805.419.150)	11.860.956.923

A reconciliação entre a demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 preparada de acordo com o POC e de acordo com as NCRF é como segue:

euros			
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 2009	POC	Ajustamentos e reclassificações NCRF	NCRF
Ganhos/(perdas) em empresas participadas	669.034.031	109.829.602	778.863.633
Fornecimentos e serviços externos	(5.691.000)	-	(5.691.000)
Gastos com o pessoal	(14.417.894)	-	(14.417.894)
Impostos indirectos e taxas	(655.599)	-	(655.599)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	609.570	-	609.570
Provisões (aumentos)/reduções	884.663	-	884.663
Aumentos/(reduções) de justo valor	5.690.133	334.105	6.024.238
Outros rendimentos e ganhos	3.346.678	-	3.346.678
Outros gastos e perdas	(5.407.473)	-	(5.407.473)
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	643.393.109	110.163.707	753.556.816
(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização	(10.304.368)	9.959.141	(345.227)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	633.088.741	120.122.848	753.211.589
Juros e rendimentos similares obtidos	74.146.474	-	74.146.474
Juros e gastos similares suportados	(18.055.588)	(7.414.338)	(18.469.926)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	526.179.627	112.708.510	638.888.137
Imposto sobre o rendimento	3.598.846	1876.263	5.475.109
RESULTADO LÍQUIDO	529.778.473	114.584.773	644.363.246

3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos directamente atribuíveis à colocação dos activos no local e na condição necessária para operarem da forma pretendida.

A depreciação dos activos fixos tangíveis é reconhecida, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem a vida útil estimada para cada classe de bens, como segue:

Classe de activo	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	3-5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-8
Outros activos tangíveis	4-8

As vidas úteis e o método de amortização são revistos regularmente, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido de forma prospectiva na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de activos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o montante recebido e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorre o abate ou alienação.

3.2. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As rendas incluem o gasto financeiro e a amortização do capital, sendo que os gastos financeiros são imputados de acordo com uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente da responsabilidade.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.3. Concentrações de actividades empresariais e goodwill

As aquisições de subsidiárias são registadas utilizando o método da compra. O custo de uma aquisição é determinado como o agregado, na data da aquisição, das seguintes componentes: (a) justo valor dos activos entregues ou a entregar; (b) justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas; (c) justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e (d) custos directamente atribuíveis à aquisição. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transacção, sendo alterações subsequentes em tais pagamentos registadas por contrapartida do correspondente *goodwill*.

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da empresa adquirida, na data de aquisição, em conformidade com o estabelecido na “NCRF 14 Concentrações de Actividades Empresariais” (“NCRF 14”). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício. Atendendo à excepção prevista na NCRF 3, a Empresa aplica as disposições da NCRF 14 apenas a aquisições ocorridas após 1 de Janeiro de 2009, pelo que os valores de *goodwill* relativos a aquisições anteriores a esta data foram mantidos pelo valor registado de acordo com POC.

O *goodwill* decorrente da aquisição de empresas subsidiárias é incluído no balanço na rubrica “*Goodwill*”, enquanto o *goodwill* relativo à aquisição de empresas associadas é incluído na rubrica “Participações financeiras - método da equivalência patrimonial”, juntamente com os investimentos financeiros nessas empresas.

O *goodwill* não é amortizado, sendo sujeito a testes anuais de imparidade ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Para efeitos de testes de imparidade, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de caixa. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como gasto na demonstração dos resultados do período e não é susceptível de reversão posterior.

3.4. Investimentos financeiros

Empresas subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. Empresas associadas são as entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

Os investimentos financeiros em entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, sendo que a participação da Empresa nos resultados dessas entidades é calculada com base na taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante da conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras é registada no capital próprio na rubrica “Ajustamentos em activos financeiros” sendo reconhecida nos resultados sempre que uma entidade estrangeira for alienada. As taxas de câmbio, relativamente ao Euro, utilizadas na conversão das demonstrações financeiras das principais operações estrangeiras (detidas directa ou indirectamente pela Portugal Telecom) são as seguintes:

Moeda	2010		2009	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Dólar Americano	1,3362	1,3259	1,4406	1,3948
Real Brasileiro	2,2177	2,3315	2,5113	2,7674

Os investimentos financeiros são avaliados sempre que existam indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo que as perdas por imparidade que se demonstrarem existir são registadas como gastos na demonstração dos resultados.

Os ganhos obtidos em transacções com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento.

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas efectuadas dentro do Grupo são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros. Caso as mais-valias tenham sido diferidas, o seu reconhecimento em resultados é registado na rubrica de “Ganhos/(perdas) em empresas participadas”, na mesma proporção em que o *goodwill* ou os activos e passivos identificados no processo de alocação do preço de compra sejam reconhecidos em resultados pela empresa adquirente.

As prestações acessórias e os empréstimos de financiamento concedidos a empresas do Grupo e associadas são registados ao valor nominal, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses empréstimos.

3.5. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico de acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respectivamente.

3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos, os quais são registados em resultados salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, situação em que são igualmente registados no capital próprio.

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efectuada com base na estimativa da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”).

Desde o exercício de 2000, a Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), o qual conforme definido no artº69 do CIRC, abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O eventual ganho gerado pela adopção deste regime é registado em resultados do período na rubrica “Ganhos/(perdas) em empresas participadas” (Nota 19). As empresas participadas que não se encontram abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado pela “NCRF 25 Impostos Sobre o Rendimento”. Na mensuração

do gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de impostos e o lucro tributável originadas no exercício ou em exercícios anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. À data do balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente e/ou para reduzir o montante dos activos por impostos diferidos que se encontram reconhecidos em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

3.7. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido de perdas por imparidade.

As imparidades para dívidas de cobrança duvidosa são calculadas com base na avaliação dos riscos estimados decorrentes da não cobrança das contas a receber. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.8. Activos não correntes detido para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data de classificação do activo como detido para venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor menos as despesas de venda.

3.9. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pela Empresa quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, a menos que a probabilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

3.10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos, sendo subsequentemente apresentados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor presente da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes, foi reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão das obrigações em acções, foi reconhecido directamente no capital próprio. O passivo é registado pelo seu custo amortizado à data do balanço, sendo a componente do capital próprio mensurada pelo valor atribuído inicialmente.

Os contratos de *equity swaps* sobre acções próprias que incluam uma opção de exercício físico executável pela Portugal Telecom são reconhecidos como um passivo financeiro por contrapartida de uma redução do capital próprio, e registados de forma similar a uma aquisição de acções próprias, na data de celebração do contrato.

3.11. Férias e subsídios de férias

As férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Consequentemente, o valor de férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica “Credores por acréscimos de gastos”.

3.12. Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

3.13. Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Moeda	2010	2009
Dólar Americano	1,3362	1,4406
Real Brasileiro	2,2177	2,5113

3.14. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte nas correspondentes disposições contratuais, sendo classificados nas seguintes categorias: (a) ao custo ou custo amortizado; e (b) ao justo valor, com as correspondentes alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(a) Activos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os activos e passivos financeiros considerados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros) e

correspondem essencialmente às seguintes rubricas do activo e do passivo constantes do balanço da Empresa:

- Empréstimos incluídos na rubrica “Participações financeiras - método da equivalência patrimonial”
- Financiamentos obtidos
- Accionistas e empresas do Grupo
- Fornecedores
- Credores por acréscimos de gastos
- Adiantamentos a fornecedores
- Estado e outros entes públicos
- Outras contas a receber e a pagar
- Outros activos e passivos financeiros
- Caixa e depósitos bancários

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante o termo do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

(b) Activos e passivos financeiros ao justo valor

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor”. Estes activos e passivos financeiros correspondem essencialmente a instrumentos derivados de taxa de câmbio e taxa de juro.

As variações no justo valor destes derivados são reconhecidas no capital próprio ou em resultados, em função respectivamente desses derivados cumprirem ou não os critérios de cobertura contabilística. As variações no justo valor reconhecidas em resultados são registadas na rubrica “Aumentos/(reduções) de justo valor” (Nota 22).

(c) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade no final de cada exercício. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados serão afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original. Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

Subsequentemente, se ocorre uma diminuição da perda por imparidade em resultado de um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento inicial da perda, a imparidade deve ser

revertida por resultados. A reversão é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (a custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e respectivas reversões são registadas em resultados essencialmente na rubrica “Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)”.

(d) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses activos, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.15. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. A estimativa contabilística mais significativa reflectida nas demonstrações financeiras está relacionada com a análise de imparidade do *goodwill*.

A Empresa testa anualmente o *goodwill* com o objectivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor de uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projecções de fluxos de caixa esperados e a estimativa de uma taxa de desconto apropriada para cada unidade geradora de caixa.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto pela “NCRF 4 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros” (“NCRF 4”), alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

3.16. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço e proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço não são reflectidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

4. Fluxos de Caixa

A rubrica “Caixa e seus equivalentes” da demonstração dos fluxos de caixa inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

A Empresa está sujeita a um risco de liquidez se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa provenientes de operações de desinvestimento e financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa relacionadas com as actividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos accionistas e o reembolso de dívida. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas suas actividades de investimento, principalmente através de dividendos provenientes das suas empresas participadas, nas disponibilidades de caixa e no valor não utilizado de linhas de crédito, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

Considerando o sistema de tesouraria centralizada implementado pelo Grupo em 2006 para as suas operações domésticas, ao abrigo do qual as empresas incluídas neste sistema podem financiar as suas necessidades de tesouraria junto da Portugal Telecom, a Empresa faz uma gestão do risco de liquidez ao nível das operações em Portugal. Como forma de mitigar este risco, a Portugal Telecom procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que permita a amortização da dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as obrigações contratuais, tal como mencionado acima. Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de disponibilidades de caixa das operações em Portugal e o valor não utilizado de papel comercial tomado firme (caixa disponível mediante um aviso de dois ou três dias) e linhas de crédito ascendiam a 6.298 milhões de euros, enquanto a maturidade média da dívida bruta das operações domésticas era de aproximadamente 4 anos. No seguimento da celebração do acordo de compra de 22,38% da Oi, a Portugal Telecom irá despende um montante de cerca de 8,3 mil milhões de Reais (aproximadamente 3,75 mil milhões de Euros ao câmbio de fecho de 31 de Dezembro de 2010).

A estrutura de capital da Portugal Telecom é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das actividades dos diversos negócios e a maximização do retorno dos accionistas. A estrutura de capital da Empresa inclui dívida, caixa e equivalentes de caixa e o capital próprio, o qual inclui o capital social emitido, reservas, ajustamentos em activos

financeiros, resultados transitados, resultado líquido e, quando aplicável, dividendos antecipados. A Portugal Telecom revê periodicamente a sua estrutura de capital considerando os riscos associados a cada uma das supra referidas classes de capital.

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com a “NCRF 2 Demonstração de Fluxos de Caixa”, havendo os seguintes aspectos a salientar:

(a) Recebimento de clientes

No exercício de 2009, esta rubrica inclui um recebimento de 6,8 milhões de euros relativos a serviços prestados à Vivo, S.A. no primeiro trimestre de 2008, ao abrigo do contrato de prestação de serviços técnicos de administração e gestão celebrado com esta empresa, o qual terminou em Agosto de 2008 e não foi renovado.

(b) Recebimentos de imposto sobre o rendimento

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Recebimentos de empresas participadas no âmbito do RETGS (a)	125.779.793	104.215.035
Reembolsos de IRC referentes ao exercício anterior	65.805.262	11.041.023
Pagamentos por conta (Nota 11)	(47.535.649)	(94.528.021)
Outros	(1.074.226)	(227.661)
	142.975.180	20.500.376

(a) Em 2010, esta rubrica inclui recebimentos de empresas participadas nos montantes de (1) 115.729.188 Euros (Nota 8), relativos a pagamentos por conta do imposto a pagar em 2011, e (2) 10.050.605 Euros referentes à quarta e última prestação do imposto de 2009, regularizado em Maio de 2010.

(c) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Reembolso de prestações acessórias (Nota 7):		
PT Portugal	635.000.000	-
PT Participações	6.674.110	13.600.000
PT Compras	2.620.000	900.000
	644.294.110	14.500.000
Alienação de participações financeiras:		
Brasilcel (Nota 19)	150.000	-
PT Inovação (Nota 13)	-	135.000.000
PT Pro (Nota 13)	-	93.000.000
PT SI (Nota 13)	-	55.000.000
UOL (Nota 7)	-	1.054.140
PT Sales (Nota 13)	-	33.000
	150.000	284.087.140
Reembolso de suprimentos no âmbito da alienação de participações financeiras:		
PT Inovação	-	22.600.000
PT Pro	-	14.000.000
	-	36.600.000
Reduções de capital (Nota 7):		
Africatel	22.089.308	15.300.000
PT Imobiliária	-	11.000.000
	22.089.308	26.300.000
	666.533.418	361.487.140

(d) Recebimentos (pagamentos) provenientes de empréstimos concedidos

Nos exercícios de 2010 e 2009, os recebimentos provenientes de empréstimos concedidos, líquidos dos pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos, ascenderam a 245.429.855 Euros e 63.536.444 Euros, respectivamente, conforme detalhe abaixo:

	euros	
	2010	2009
Reembolso de suprimentos:		
PT Comunicações (Nota 8)	744.000.000	-
Sportinvest (Nota 7)	1.700.000	-
INESC (Nota 7)	85.965	93.780
	745.785.965	93.780
Concessão de suprimentos (Nota 8):		
PT Portugal	(572.200.000)	-
TMM	(12.116)	-
	(572.212.116)	-
Financiamentos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada:		
TMN	321.371.860	-
PT Portugal	146.350.630	-
PT Comunicações	(337.114.865)	-
PT Inovação	(23.766.128)	2.384.633
PT Prime	(13.410.666)	-
PT Contact	(8.570.230)	-
PT Sales	(5.502.399)	-
PT Centro Corporativo	(4.697.824)	-
PT SI	(2.678.784)	2.085.702
PT Compras	(508.469)	3.469.992
PT Móveis	-	41.325.695
PT Ventures	-	7.619.111
PT II	-	4.073.675
PT Imobiliária	-	15.89.750
PT Pro	-	767.907
Outras empresas	382.881	126.199
	71.856.006	63.442.664
	245.429.855	63.536.444

(e) Recebimento de dividendos

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
PT Portugal (Nota 7)	1.751.350.311	302.142.046
PT Finance BV (Nota 7)	2.254.047	12.505.641
PT Centro Corporativo (Nota 7)	2.014.150	630.133
UOL (Nota 7)	128.618	70.125
Vortal (Nota 26)	97.642	-
PT Inovação (Nota 7)	-	12.427.016
Taguspark (Nota 26)	-	16.015
	1.755.844.768	327.790.976

(f) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Aumentos de capital:		
PT Brasil (Nota 7)	60.854.909	23.912.696
PT Ásia	-	3.285.000
	60.854.909	27.197.696
Adiantamento por conta de um aumento de capital na PT Ásia (Nota 7)	60.000	-
Constituição da Telecomunicações Móveis de Moçambique (TMM) (Nota 7)	4.054	-
Prestações acessórias concedidas à PT II (Nota 7)	-	2.700.000
	60.918.963	29.897.696

(g) Recebimentos (pagamentos) relativos a financiamentos obtidos

Nos exercícios de 2010 e 2009, os pagamentos respeitantes a financiamentos obtidos, líquidos dos recebimentos provenientes de financiamentos obtidos, ascenderam a 401.069.290 Euros e 393.910.453 Euros, respectivamente, conforme detalhe abaixo:

	euros	
	2010	2009
Empréstimos externos contraídos (reembolsados), líquidos :		
Papel comercial de curto prazo	(445.650.000)	306.982.480
Empréstimos bancários	89.948.449	(117.360.195)
	(355.701.551)	189.622.285
Financiamentos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada:		
PT Móveis	(41226.418)	-
PT Pro	(1502.388)	-
PT Prime	(993.688)	(3.548.318)
PT Imobiliária	(947.788)	-
TMN	-	(316.665.116)
PT Portugal	-	(153.249.251)
PT Comunicações	-	(96.919.592)
PT Sales	-	(7.662.392)
PT Centro Corporativo	-	(2.841.353)
PT Contact	-	(1.522.816)
Outras empresas	(397.025)	(825.149)
	(45.067.307)	(583.233.987)
Contratos de locação financeira e outros financiamentos	(300.432)	(298.751)
	(401.069.290)	(393.910.453)

(h) Pagamentos respeitantes a outras actividades de financiamento

Em 2009, esta rubrica inclui um montante de 37,6 milhões de euros relativo à liquidação financeira de instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio contratados em anos anteriores (Nota 22).

(i) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Numerário	2.000	2.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	825.829.437	34.589.078
	825.831.437	34.591.078

5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros

Conforme referido na Nota 2, a Empresa adoptou pela primeira vez em 2010 as NCRF. Para além desta situação, não foram adoptadas outras normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correcções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis foram os seguintes:

	euros				
	2010				
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Valores brutos					
Saldo inicial	111.715	1.427.126	903.600	1.046.328	3.488.769
Aquisições	-	312.396	-	-	312.396
Alienações	-	(494.920)	-	-	(494.920)
Transferências e abates	-	(225)	-	-	(225)
Saldo final	111.715	1.244.377	903.600	1.046.328	3.306.020
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial	111.715	909.266	875.843	70.574	1.967.398
Depreciações (Nota 25)	-	241.216	8.948	20.880	271.044
Alienações	-	(424.054)	-	-	(424.054)
Transferências e abates	-	(225)	-	-	(225)
Saldo final	111.715	726.203	884.791	91.454	1.814.163
Valores líquidos	-	518.174	18.809	954.874	1.491.857

euros					
2009					
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Valores brutos					
Saldo inicial	111.715	1270.880	892.942	1046.328	3.321.865
Aquisições	-	214.032	10.658	-	224.690
Alienações	-	(57.786)	-	-	(57.786)
Saldo final	111.715	1.427.126	903.600	1.046.328	3.488.769
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial	77.580	712.596	845.593	49.695	1685.464
Depreciações (Nota 25)	34.135	2412,6	30.250	20.879	326.480
Alienações	-	(44.546)	-	-	(44.546)
Saldo final	111.715	909.266	875.843	70.574	1.967.398
Valores líquidos	-	517.860	27.757	975.754	1.521.371

7. Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

euros							
2010							
	Partes de capital em empresas subsidiárias	Prestações acessórias em empresas subsidiárias	Partes de capital em empresas associadas	Goodwill em empresas associadas	Prestações acessórias e empréstimos em empresas associadas	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	Total
Valores brutos							
Saldo inicial	1623.606,07	8.002.681,60	60.965,284	98.569,274	38.423,199	32.000	9.824.277,384
Aumentos	60.858,963	-	-	-	-	60.000	60.918,963
Reduções	(22.102,331)	(644.294,10)	-	-	(1785,965)	-	(668.182,406)
Equivalência patrimonial	2.687.270,878	-	12.956,455	-	-	-	2.700.227,333
Distribuição de dividendos	(1755,619,507)	-	(28,619)	-	-	-	(1755,747,126)
Outros movimentos	(9,819)	-	12,78	4,918,131	-	-	4.920,540
Activos não correntes detidos para venda	-	-	(91968,282)	(42067,536)	-	-	(134035,818)
Saldo final	2.594.005,201	7.358.387,500	(18.162,984)	61.419,919	36.637,234	92.000	10.032.378,870
Perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	-	1995,131	-	2.588,740	-	4.583,931
Aumentos	-	-	-	2.136,132	-	-	2.136,132
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	(2.136,132)	-	-	(2.136,132)
Saldo final	-	-	1.995,191	-	2.588,740	-	4.583,931
Valores líquidos	2.594.005,201	7.358.387,500	(20.158,175)	61.419,919	34.048,494	92.000	10.027.794,939

euros							
2009							
	Partes de capital em empresas subsidiárias	Prestações acessórias em empresas subsidiárias	Partes de capital em empresas associadas	Goodwill em empresas associadas	Prestações acessórias e empréstimos em empresas associadas	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	Total
Valores brutos							
Saldo inicial	576.973,678	8.250.552,094	37.627,481	90.474,041	38.516,979	2.117,000	8.996.261,273
Aumentos	23.912,696	2.700,000	-	-	-	-	26.612,696
Reduções	(236.665,885)	(246.308,872)	(75,689)	(377,006)	(93,780)	-	(484.131,232)
Equivalência patrimonial	1583.377,16	-	24.123,617	-	-	-	1607.500,733
Distribuição de dividendos	(327.941,954)	-	(70,125)	-	-	-	(328.012,079)
Outros movimentos	3.950,366	(4.261,612)	-	8.472,239	-	(2.085,000)	6.075,993
Saldo final	1.623.606,017	8.002.681,610	60.965,284	98.569,274	38.423,199	32.000	9.824.277,384
Perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	-	1995,131	-	3.138,310	-	5.133,501
Outros movimentos	-	-	-	-	(609,570)	-	(609,570)
Saldo final	-	-	1.995,191	-	2.588,740	-	4.583,931
Valores líquidos	1.623.606,017	8.002.681,610	58.970,093	98.569,274	35.834,459	32.000	9.819.693,453

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os aumentos nas participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial, incluindo o *goodwill* e os empréstimos concedidos relativos a empresas associadas, foram como segue (Nota 4):

	euros	
	2010	2009
Aumentos de capital na PT Brasil	60.854.909	23.912.696
Adiantamento por conta de um aumento de capital na PT Ásia	60.000	-
Constituição da TMM	4.054	-
Prestações acessórias concedidas à PT II	-	2.700.000
	60.918.963	26.612.696

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as reduções nas participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial foram como segue:

	euros	
	2010	2009
Reembolso de prestações acessórias (Nota 4):		
PT Portugal	635.000.000	-
PT Participações	6.674.110	13.600.000
PT Compras	2.620.000	900.000
	644.294.110	14.500.000
Reembolso de suprimentos (Nota 4):		
Sportinveste	1700.000	-
INESC	85.965	93.780
	1785.965	93.780
Reduções de capital (Nota 4):		
Africatel	22.089.308	15.300.000
PT Imobiliária	-	11.000.000
	22.089.308	26.300.000
Alienação de participações financeiras intra-grupo (Nota 13) (a):		
Partes de capital	-	210.365.886
Prestações acessórias	-	231.808.870
	-	442.174.756
Alienação da UOL (b)	-	1.092.696
Alienação da Tradecom	13.023	-
	13.023	1.092.696
	668.182.406	484.161.232

(a) Esta rubrica está relacionada com a alienação das participações financeiras na PT Inovação, PT Pro, PT SI e PT Sales à PT Portugal e da participação financeira na PT Ventures à Africatel, incluindo o direito às respectivas prestações acessórias. De acordo com a política contabilística aplicada pela Empresa, as mais-valias apuradas no âmbito destas transacções foram diferidas, conforme detalhe na Nota 13.

(b) Esta rubrica respeita à alienação de uma participação de 0,22% na empresa Universo Online, S.A. (UOL) pelo montante de 1.054.140 Euros (Nota 4). No seguimento desta transacção, a Portugal Telecom reduziu a sua participação de 22,17% para 21,95%.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos em partes de capital em empresas subsidiárias e associadas decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial foram registados da seguinte forma:

	euros	
	2010	2009
Ganhos em empresas participadas (Nota 19)	3.219.380.548	714.075.312
Ajustamentos em activos financeiros (Nota 14)	(519.153.215)	893.425.421
	2.700.227.333	1.607.500.733



Os dividendos atribuídos por empresas subsidiárias e associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
PT Portugal (a) (Nota 4)	1751350.311	302.142.046
PT Finance BV (Nota 4)	2.254.047	12.505.641
PT Centro Corporativo (Nota 4)	2.014.150	630.133
UOL (Nota 4)	128.618	70.125
PT Inovação (Nota 4)	-	12.427.016
PT Prime Tradecom (b)	-	237.118
	1.755.747.126	328.012.079

- (a) Em 2010, esta rubrica inclui dividendos no montante de 471.350.311 Euros relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e um adiantamento por conta dos lucros no montante de 1.280.000.000 Euros referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
- (b) A PT Prime Tradecom distribuiu um dividendo em espécie aos seus accionistas correspondente à participação financeira que detinha na Vortal, a qual foi classificada na rubrica "Participações financeiras – outros métodos".

Os outros movimentos ocorridos em 2009 nas partes de capital e prestações acessórias em empresas subsidiárias respeitam a um aumento de capital de 3.950.366 Euros na PT Prime Tradecom, o qual foi realizado por conversão de prestações acessórias no montante de 4.261.612 Euros, e na sequência do qual a Portugal Telecom aumentou a sua participação nesta empresa de 66,00% para 68,98%. Em 2010, os outros movimentos em partes de capital em empresas subsidiárias e associadas resultam da alienação de 35,65% da participação na PT Prime Tradecom, na sequência da qual a Portugal Telecom passou a deter apenas 33,33% desta empresa e, conseqüentemente, a mesma passou a ser classificada como uma associada. Adicionalmente, os outros movimentos em 2009 incluem um montante de 2.085.000 Euros referentes à conversão em capital de adiantamentos por conta de investimentos financeiros concedidos em anos anteriores à PT Ásia.

Os activos não correntes detidos para venda, no montante líquido de 131.839.636 Euros, dizem respeito ao montante global do investimento na UOL e foram reclassificados para uma rubrica autónoma do activo corrente, na sequência de uma oferta recebida para a alienação deste investimento.

O detalhe do *goodwill* em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apurado na aquisição de empresas associadas, é como segue:

	euros				
				2010	2009
Entidade	Ano de aquisição	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor contabilístico	Valor contabilístico
UOL	2005	-	-	-	37.149.356
Paginas Amarelas	2002	6149.919	-	6149.919	6149.918
		61.419.919	-	61.419.919	98.569.274

As alterações ocorridas no *goodwill* durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem: (1) o impacto positivo decorrente da actualização cambial do *goodwill* apurado na aquisição da UOL, nos montantes de 4.918.181 Euros e 8.472.239 Euros em 2010 e 2009,

respectivamente (Nota 14), uma vez que o mesmo está denominado em Reais Brasileiros; e (2) uma imparidade reconhecida em 2010 sobre o *goodwill* relacionado com o investimento na UOL, no montante de 2.196.182 Euros (Nota 19), determinada com base no seu valor de realização, e (3) a transferência para activos não correntes detidos para venda, no montante de 39.871.354 Euros, na sequência de uma oferta recebida para a alienação deste investimento, operação que foi concluída em Janeiro de 2011 (Nota 29).

8. Partes relacionadas

8.1. Accionistas e empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe das rubricas “Accionistas e empresas do Grupo” do activo corrente e não corrente e do passivo corrente é como segue:

	euros	
	2010	2009
SALDOS DEVEDORES		
Não corrente		
Financiamentos concedidos (a)	928.190.728	1075.898.658
Total não corrente	928.190.728	1.075.898.658
Corrente		
Financiamentos concedidos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada (b)	709.733.815	781587.885
Contas a receber no âmbito do RETGS (c)	42.194.843	21839.741
Outros	37.390.297	21363.558
Total corrente	789.318.955	824.791.184
Total dos saldos devedores de accionistas e empresas do Grupo	1.717.509.683	1.900.689.842
SALDOS CREDORES		
Corrente		
Contas a pagar no âmbito do RETGS (c)	2.940.076	-
Dividendos atribuídos	756.268	689.764
Outras operações com empresas do Grupo	14.468.975	119.707
Total dos saldos credores de accionistas e empresas do Grupo	18.165.319	1.809.471

(a) Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os financiamentos concedidos de médio e longo prazo têm a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
PT Portugal (Nota 4)	572.200.000	-
Africatel (i)	353.750.426	329.670.330
PT Prime Tradecom	2.228.328	2.228.328
PT Comunicações (Nota 4)	-	744.000.000
TMM (ii)	11974	-
	928.190.728	1.075.898.658

(i) Em 2010, a moeda de origem do empréstimo concedido à Africatel foi alterada do euro para o dólar. A variação nesta rubrica, no montante de 24.080.096 Euros (Nota 26), foi reconhecida em resultados e corresponde à actualização cambial ocorrida no período.

(ii) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa concedeu um financiamento a esta participada no montante de 16.000 dólares, equivalente a 12.116 euros (Nota 4) na data da operação.

- (b) Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os financiamentos concedidos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada com vista a suprir necessidades de curto prazo têm a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
PT Comunicações	571.950.141	234.835.276
TMN	43.577.541	364.949.401
PT Inovação	24.495.250	729.122
PT Contact	22.410.232	13.840.002
PT Prime	13.410.666	-
PT Sales	13.166.254	7.663.855
PT Centro Corporativo	9.064.617	4.366.793
PT Portugal	7.577.894	153.928.524
PT SI	2.678.784	-
PT Compras	508.469	-
PT Participações	304.450	1192.240
Outras	589.517	82.672
	709.733.815	781.587.885

- (c) Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo líquido destas rubricas inclui essencialmente a colecta de IRC apurada pelas empresas participadas incluídas no RETGS, no montante de 156.507.985 Euros (Nota 11), líquida dos pagamentos por conta efectuados por estas empresas, no montante de 115.729.188 (Nota 4).

8.2. Participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas

Conforme mencionado na Nota 1, a Portugal Telecom é a empresa-mãe do Grupo. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo foram consideradas como partes relacionadas da Empresa.

O detalhe, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, das participações financeiras em entidades subsidiárias e associadas da Empresa é como segue (Notas 7, 15 e 19):

Denominação	2010						2009				
	% detida	Investimento financeiro	Prestações acessórias	Provisão para investimentos financeiros	Proporção no resultado líquido	% detida	Investimento financeiro	Prestações acessórias	Provisão para investimentos financeiros	Proporção no resultado líquido	
SUBSIDIÁRIAS:											
PT Portugal	100%	1691887.990	7.299.000.000	-	3.072.275.871	100%	950.115.094	7.934.000.000	-	595.158.362	
PT Prime Tradecom	-	-	-	-	-	68,98%	23.564	-	-	(103.227)	
PT Brasil	99,99%	155.277.905	-	-	631938	100%	77.756.456	-	-	6.705.623	
PT Ásia (a)	100%	-	-	(55.295)	-	100%	-	-	(55.295)	598.133	
Portugal Telecom Europa (a)	98,67%	169.373	-	-	-	98,67%	169.376	-	-	-	
PT Participações	100%	50.115.307	-	-	20.831.67	100%	29.617.51	6.674.10	-	14.033.443	
Africatel Holdings B.V (b)	75%	464.382.930	1.687.500	-	101595.323	75%	350.724.853	1.687.500	-	54.934.850	
PT Imobiliária	100%	12.602.254	-	-	(1415.397)	100%	14.017.650	-	-	(1369.249)	
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	82,05%	2.641.507	-	-	(829.754)	82,05%	3.470.469	-	-	51196	
Portugal Telecom Internacional Finance B.V.	100%	265.935.713	-	-	15.205.381	100%	252.984.379	-	-	530.452	
PT Compras	100%	(35.319.115)	35.500.000	-	(45.342)	100%	(35.273.772)	38.120.000	-	2.874.819	
PT II	100%	(15.580.341)	22.200.000	-	6.123.755	100%	(21.636.984)	22.200.000	-	(2.327.551)	
PT Centro Corporativo	100%	1.887.624	-	-	1.798.594	100%	2.103.181	-	-	2.037.485	
Telecomunicações Móveis de Moçambique (a)	100%	4.054	-	-	-	-	-	-	-	-	
		2.594.005.201	7.358.387.500	(55.295)	3.216.171.526		1.623.606.017	8.002.681.610	(55.295)	673.124.336	
ASSOCIADAS:											
Páginas Amarelas	24,88%	5.378.105	-	-	846.336	24,88%	4.531.768	-	-	1458.649	
SGPICE (c)	22,22%	-	-	-	1.055.024	22,22%	-	-	(1.689.492)	168.058	
UOL (d)	21,95%	-	-	-	10.431.091	21,95%	7.1817.063	-	-	8.103.003	
Sportinveste Multimédia,SGPS,SA (e)	50,00%	(25.560.330)	30.023.168	-	(8.181.581)	50,00%	(17.378.749)	30.023.168	-	(256.337)	
INESC (f)	26,36%	1.995.132	-	-	-	26,36%	1.995.132	-	-	-	
PT Prime Tradecom	33,33%	24.039	-	-	13.176	-	-	-	-	-	
Multicert (a)	-	10	-	-	-	-	10	-	-	-	
		(18.162.984)	30.023.168	-	4.264.046		60.965.284	30.023.168	(1.689.492)	9.473.373	
		2.575.842.217	7.388.410.668	(55.295)	3.220.435.572		1.684.571.301	8.032.704.778	(1.744.787)	682.597.709	

- (a) Estas empresas encontram-se sem actividade.
- (b) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 2.250.000 Euros, dos quais 1.687.500 Euros foram concedidas pela Portugal Telecom.
- (c) Esta empresa foi alienada em 2010.
- (d) Conforme mencionado acima na Nota 7, o investimento financeiro na UOL foi transferido para a rubrica de “ Activos não correntes detidos para venda”.
- (e) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 46.165.181 Euros, dos quais 30.023.168 Euros foram concedidas pela Portugal Telecom. Em 2010, a Portugal Telecom reconheceu uma imparidade sobre esta participada no montante de 7.977.234 Euros tendo por base a sua estimativa do valor recuperável do investimento. Esta perda não está reflectida no resultado líquido da Sportinveste Multimédia, SGPS, S.A..
- (f) Este investimento encontra-se integralmente ajustado.

A principal informação financeira respeitante às entidades acima mencionadas, com excepção daquelas que se encontram sem actividade ou cujas participações estão integralmente ajustadas, é como segue:

euros						
Denominação	Sede	Activo	Passivo	Serviços prestados e vendas	Resultado líquido	Capital próprio
SUBSIDIÁRIAS:						
PT Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	11564.076.966	2.573.188.976	-	3.072.275.871	8.990.887.990
PT Brasil	R. Sampaio Viana, 277-5º Paraíso - S. Paulo, Brasil	195.669.112	40.375.678	-	632.001	155.293.434
PT Participações	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	236.530.489	186.415.182	-	20.831.57	50.115.307
Africatel Holdings B.V	Naritaweg 185, Telestone 8, 1043 BW Amesterdão, Holanda	1013.928.290	393.063.549	429.182	135.460.430	620.864.741
PT Imobiliária	R. Tenente Espanca, nº 35 - Lisboa	13.731.500	1129.247	-	(1415.397)	12.602.253
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	4.850.517	1631.091	1990.814	(1011.291)	3.219.426
Portugal Telecom Internacional Finance B.V.	Strawinskyaan 3105, 7º floor - Amesterdão, Holanda	5.845.035.220	5.579.099.507	-	15.205.381	265.935.713
PT Compras	R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	2.990.495	2.809.610	-	(45.342)	180.885
PT II	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	13.173.092	6.553.433	12.348.326	6.123.755	6.619.659
PT Centro Corporativo	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	32.673.187	30.785.563	62.363.365	1798.594	1887.624
ASSOCIADAS:						
Páginas Amarelas	Av. Republica, 50, 6º - Lisboa	71.893.983	50.273.461	48.762.622	3.402.355	21620.522
UOL	São Paulo - Brasil	575.136.817	156.143.886	248.604.332	47.522.625	418.992.931
Sportinveste Multimédia, SGPS, SA	Lg. Lagoa, nº 15 A Linda-a-Velha	41.152.940	44.153.951	-	(408.694)	(3.001.011)
PT Prime Tradecom	Rua de Entrecampos nº 28, Lisboa	5.806.615	5.734.490	1.364.524	182.458	72.125

8.3. Saldos e transacções com partes relacionadas

Além dos saldos devedores e credores incluídos nas rubricas “Accionistas e empresas do Grupo”, conforme discriminado acima, a Empresa tem outras contas a receber e a pagar a empresas do Grupo classificadas em outras rubricas do activo e do passivo. A natureza e o detalhe dos principais saldos com empresas do Grupo em 31 de Dezembro de 2010 são conforme segue:

euros								
2010								
	Empréstimos em empresas associadas	Accionistas e empresas do Grupo (saldos devedores)(a)	Outras contas a receber (b)	Total de contas a receber	Accionistas e empresas do Grupo (saldos credores)	Financiamentos obtidos	Fornecedores e credores por acréscimos de gastos (c)	Total de contas a pagar
SUBSIDIÁRIAS:								
PT Comunicações	-	586.344.181	1226.907	587.571.088	(9.558.279)	-	(14.145)	(9.572.424)
PT Portugal	-	579.777.894	4.044.032	583.821.926	-	-	-	-
Africatel	-	362.986.357	16.394.374	379.380.731	-	-	-	-
TMN	-	58.791.478	577.378	59.368.856	(1.363.200)	-	-	(1.363.200)
PT Prime	-	32.912.516	89.032	33.001.548	(598.800)	-	-	(598.800)
PT Inovação	-	24.495.250	56.596	24.551.846	(743.543)	-	-	(743.543)
PT Contact	-	23.829.845	415.17	23.871.362	(423.000)	-	-	(423.000)
PT Sales	-	13.385.329	15.597	13.400.926	(88.800)	-	-	(88.800)
PT Centro Corporativo	-	9.324.779	309.186	9.633.915	(86.400)	-	126.688	40.288
PT Brasil	-	8.771.440	27.610	8.799.050	(102.022)	-	(1032.569)	(1.134.591)
PT Móveis	-	7.579.895	101.235	7.681.130	-	-	(18.643)	(18.643)
PT Si	-	2.878.716	7.041	2.885.757	(1043.476)	-	-	(1.043.476)
PT II	-	2.207.929	28.122	2.236.051	(20.598)	-	(381)	(20.979)
PT Participações	-	304.450	205	304.655	(2.435.972)	-	(1006)	(2.436.978)
Outras empresas	-	1539.666	21.326	1.560.992	(776.961)	(137.101)	(8.640)	(922.702)
ASSOCIADAS:								
Sportinveste	3.595.500	-	21978	3.617.478	-	-	-	-
INESC	3.018.566	-	-	3.018.566	-	-	-	-
Páginas Amarelas (Nota 24)	-	-	-	-	-	-	(8.518.621)	(8.518.621)
Outras empresas	-	2.379.958	302.643	2.682.601	(168.000)	-	(46.304)	(214.304)
	6.614.066	1.717.509.683	23.264.729	1.747.388.478	(17.409.051)	(137.101)	(9.513.621)	(27.059.773)

- Conforme mencionado acima, os saldos devedores com accionistas e empresas do Grupo e com outras contas a receber respeitam essencialmente a financiamentos concedidos, aos respectivos juros e a dívidas no âmbito do RETGS.
- Esta rubrica inclui, essencialmente, os encargos financeiros a facturar às participadas, nomeadamente no âmbito do financiamento concedido às mesmas.
- O principal saldo com partes relacionadas incluído nesta rubrica diz respeito à contribuição a realizar a favor das Páginas Amarelas no âmbito do respectivo Acordo de Accionistas, conforme referido na Nota 18.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a natureza e o detalhe das principais transacções com empresas do Grupo são conforme segue:

euros				
	Juros e rendimentos similares, líquidos	Fornecimentos e serviços externos	Recuperação de encargos relativos a gastos com o pessoal	Outros rendimentos (gastos)
SUBSIDIÁRIAS:				
Africatel	65.754.134	-	-	1982.717
PT Comunicações	7.193.140	(6.398)	253.124	-
PT Portugal	4.564.976	-	-	-
TMN	2.540.874	-	-	-
PT Centro Corporativo	104.376	(2.304.508)	1825.942	-
PT Prime	291238	-	-	-
PT Sales	19.899	-	-	-
PT Contact	111.103	-	89.887	-
Outras empresas	163.339	-	369.581	114.257
ASSOCIADAS:				
Páginas Amarelas (Nota 24)	-	-	-	(8.518.621)
Fundação PT	-	-	96.223	1369.500
Sportinveste	93.676	-	(4.354)	-
Outras empresas	140.276	-	-	(220)
	81.077.031	(2.310.906)	2.630.403	(5.052.367)

Alguns dos principais accionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da actividade. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são accionistas da Portugal Telecom. As transacções ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e os saldos nessa data entre as empresas do Grupo PT e os principais accionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

euros					
Empresa	Vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom	Fornecimentos e serviços prestados à Portugal Telecom	Juros obtidos (suportados), líquidos	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	31.323.477	21.892.271	15.878.413	5.560.157	716.720
BES	18.143.635	37.051.991	34.363.830	2.204.019	(3.709)
Visabeira	7.777.657	96.461.263	-	1.421.253	521.112
Controlinveste	4.327.074	51.138.427	-	617.172	5.166.059
Ongoing	750.846	2.606.519	-	324.296	519.518
Barclays	443.627	3.656	(3.275.886)	176.830	-
Deutsche Bank	105.235	52.312	(107.027)	10.019	-
	62.871.551	209.206.440	46.859.330	10.313.746	6.919.700

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus accionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

8.4. Outras informações

As remunerações fixas atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram as seguintes:

euros		
	2010	2009
Administradores executivos	2.946.800	3.280.064
Administradores não executivos	1.357.598	1.454.888
Comissão de Auditoria	58.174	589.708
	4.886.112	5.324.660

A Comissão Executiva aumentou em Março de 2009 de 4 membros para 7 membros e reduziu para 5 membros em Março de 2010.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir (i) uma remuneração variável anual ("RVA") relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte excepto a parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos, e (ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo ("RVMP"), cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos. Anualmente, a Portugal

Telecom reconhece os encargos relativos a estas remunerações variáveis. A remuneração variável anual referente ao exercício de 2009 paga em 2010 aos sete administradores executivos ascendeu a 3.524.285 Euros, o que compara com 2.247.571 Euros referentes à remuneração variável anual de 2008 paga em 2009 aos quatro administradores executivos. No exercício de 2010, não ocorreu qualquer pagamento de RVMP e no exercício de 2009, no seguimento da conclusão do mandato do triénio 2006/2008 e considerando a performance conseguida nesse período, os administradores executivos e o Presidente do Conselho de Administração, o qual exerceu funções de administrador executivo em 2006 e 2007, auferiram uma RVMP de 3.799.101 Euros.

Em 2010, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.797.544 Euros a dois administradores executivos que renunciaram aos seus cargos em Março de 2010, relativos a indemnização por cessão de funções e a compensação para um acordo de não concorrência pago a um dos membros executivos.

Em complemento da política de remuneração acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 31 de Dezembro de 2010, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos da PT Comunicações.

Em 31 de Dezembro de 2010, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em acções nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Para informação adicional relativa à remuneração dos membros do Conselho da Administração no cumprimento dos requisitos do regulador local, remetemos para o Relatório de Governo da Sociedade incluído no Relatório e Contas Consolidados de 2010.

9. Outros activos e passivos financeiros

Estas rubricas incluem essencialmente o justo valor de instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa e apresentam o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	euros	
	2010	2009
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS		
Não Corrente		
Currency swap com componentes cambial e de taxa de juro	639.422	-
Outros	3.820	4.001
Total não corrente	643.242	4.001
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		
Não Corrente		
Swaps de taxa de juro:		
Cobertura de fluxos de caixa	2.134.355	1.992.969
Detidos para negociação	1.262.004	2.211.951
Currency swap com componentes cambial e de taxa de juro	408.693	-
Total não corrente	3.805.052	4.204.920

Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa têm como objectivo minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio. A contratação de qualquer instrumento financeiro derivado é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes nos mercados. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e da carteira de posições detidas pela Empresa. O justo valor destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Risco de Taxa de Juro

Em 31 de Dezembro de 2010, a carteira de instrumentos derivados de taxa de juro era constituída por swaps de taxa de juro em Euros, contratados com o objectivo de eliminar o risco de variação de taxa de juro em financiamentos.

Conforme discriminado na tabela acima, estes instrumentos estão classificados nas seguintes categorias:

– Cobertura de fluxos de caixa

As variações no justo valor são reconhecidas directamente no capital próprio na rubrica “Outras reservas”, as quais ascenderam a 141.386 Euros em 2010 e a 983.917 Euros em 2009 (Nota 14). Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor nominal destes instrumentos era de 205,8 milhões de Euros e de 202,2 milhões de Euros, respectivamente, com uma maturidade média de 2,0 e de 2,7 anos, respectivamente.

– Detidos para negociação

As variações no justo valor são reconhecidas em resultados na rubrica “Aumentos/(reduções) de justo valor”, as quais ascenderam a 949.947 Euros em 2010 e a 334.106 Euros em 2009 (Nota 22). Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor nominal destes instrumentos era de 24,4 milhões de Euros e de 34,4 milhões de Euros, respectivamente, com uma maturidade média de 1,2 e de 1,7 anos, respectivamente.

Risco de Taxa de Juro e de Taxa de Câmbio

Em 31 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom mantinha um *currency swap* com componente cambial e de taxa de juro, contratado com o objectivo de eliminar a exposição à variação da taxa de câmbio Euro/U.S. Dólar resultante de um empréstimo denominado em dólares contraído em exercícios anteriores. Naquela data, o valor nominal deste instrumento era de 11 milhões de Dólares Americanos, com uma maturidade média de 1,0 anos. O justo valor deste instrumento derivado está classificado juntamente com o respectivo financiamento,

enquanto a variação no justo valor do mesmo também está classificada pelo líquido juntamente com a variação cambial e os juros reconhecidos relativamente ao financiamento.

Adicionalmente, a Portugal Telecom e a PT Finance celebraram em 2010 dois contratos de *currency swap* com componente cambial e de taxa de juro, cujo objectivo é eliminar a exposição da PT Finance ao risco de variação de taxa de câmbio em financiamentos denominados em Dólares Americanos. Considerando que o objectivo destes instrumentos é a cobertura de risco na PT Finance, os mesmos foram classificados pela Empresa como detidos para negociação, com o respectivo justo valor a ser reconhecido nas rubricas de outros activos e passivos financeiros, conforme discriminado na tabela acima, e as variações no justo valor a serem reconhecidas em resultados na rubrica “Aumentos/(reduções) de justo valor”, no montante total de 230.729 Euros em 2010 (Nota 22).

10. Impostos sobre o rendimento

10.1. Enquadramento

A partir de 1 de Janeiro de 2010, no seguimento da alteração na legislação fiscal, a Empresa passou a ser tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%, acrescida da derrama de até um máximo de 1,5% sobre a matéria colectável de IRC e de mais 2,5% sobre a matéria colectável em excesso de 2 milhões de euros, atingindo uma taxa máxima agregada de 29,0%. Em 2009, a Empresa era tributada com base numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

A matéria colectável da Empresa não excedeu 2 milhões de euros em 2010, pelo que a Empresa manteve a taxa de imposto agregada de 26,5% para calcular a estimativa de impostos sobre o rendimento. Adicionalmente, a Empresa, em função das suas estimativas relativamente à matéria colectável de exercícios futuros, também não alterou a taxa de imposto utilizada no cálculo dos impostos diferidos.

No cálculo dos resultados tributáveis, aos quais é aplicada a referida taxa de imposto, os gastos e rendimentos não aceites fiscalmente são acrescidos ou deduzidos aos resultados contabilísticos.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a matéria colectável da Empresa foi estimada de acordo com o RETGS, abrangendo as seguintes empresas participadas: PT Comunicações, S.A.; TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.; PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.; PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.; PT Imobiliária, S.A.; PT Inovação, S.A.; PT Móveis, SGPS, S.A.; PT Pro - Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A.; PT-Sistemas de Informação, S.A.; PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.; PT Participações SGPS, S.A.; PT Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, S.A.; PT Prestações – Mandatária de Aquisições e

Gestão de Bens, S.A.; PT Portugal, SGPS, S.A.; PT Sales, S.A.; PT Centro Corporativo, S.A.; Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda; e Openidea, Tecnologias de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus assessores fiscais, entende que eventuais contingências fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes nesta data quanto à resolução das contingências fiscais descritas na Nota 15.

10.2. Impostos diferidos

Na mensuração do gasto relativo aos impostos sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de impostos e o lucro tributável, originadas no exercício ou em exercícios anteriores.

Os movimentos ocorridos nos activos por impostos diferidos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

euros			
2010			
	Instrumentos financeiros	Outras diferenças temporárias	Total
Saldo inicial	5.538.435	3.715.392	9.253.827
Aumentos (reduções)			
Resultado líquido	(1.136.565)	(2.283.246)	(3.419.811)
Capital próprio (Nota 14.4)	37.467	-	37.467
Saldo final	4.439.337	1.432.146	5.871.483

euros			
2009			
	Instrumentos financeiros	Outras diferenças temporárias	Total
Saldo inicial	17.991.947	3.243.600	21.235.547
Aumentos (reduções)			
Resultado líquido	(12.714.037)	471.792	(12.242.245)
Capital próprio (Nota 14.4)	260.525	-	260.525
Saldo final	5.538.435	3.715.392	9.253.827

As variações nos activos por impostos diferidos registadas por contrapartida do capital próprio foram reconhecidas na rubrica “Outras reservas” (Nota 14.4) e correspondem ao efeito fiscal sobre as variações no justo valor de derivados de taxa de juro classificados como de cobertura de fluxos de caixa.

A redução ocorrida em 2009 nos activos por impostos diferidos relativos a instrumentos financeiros resultou essencialmente da liquidação de um derivado de taxa de câmbio, cujo justo valor era negativo em 43,3 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2008, conforme referido na Nota 22.

Os passivos por impostos diferidos no montante de 15.143.542 Euros correspondem ao efeito fiscal associado à componente de capital das obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom em 2007 (Nota 14).

10.3. Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre o montante teórico resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento é como segue:

	euros	
	2010	2009
Resultado antes de impostos	5.096.651.892	638.888.137
Taxa nominal de imposto	26,5%	26,5%
Imposto esperado	1.350.612.751	169.305.356
Diferenças permanentes (a)	(1.381.342.137)	(196.796.539)
Imposto corrente de exercícios anteriores	(2.288.180)	17.216.274
Reversão de impostos diferidos de exercícios anteriores	3.243.600	2.923.184
Impacto da alteração no cálculo da derrama (b)	1.374.091	1.938.730
Outros	356.879	(62.114)
	(28.042.996)	(5.475.109)
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente (c)	(31.462.807)	(17.717.354)
Imposto diferido	3.419.811	12.242.245
	(28.042.996)	(5.475.109)

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 19)	(3.220.435.572)	(714.841.503)
Reconhecimento de mais-valias diferidas (Nota 19)	(1.968.377.000)	(7.169.451)
Poupança resultante da consolidação fiscal (Nota 19)	(84.844.358)	(42.384.378)
Encargos com financiamentos não dedutíveis	40.393.426	36.476.578
Provisões e ajustamentos não considerados no cálculo dos impostos diferidos	10.278.625	(982.663)
Despesas não dedutíveis fiscalmente	5.360.000	-
Perdas não dedutíveis sobre investimentos financeiros em associadas (Nota 19)	2.196.182	-
Ganhos na alienação de investimentos	(136.979)	(13.607.375)
Outros	2.953.839	(129.657)
	(5.212.611.837)	(742.628.449)
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
	(1.381.342.137)	(196.796.539)

(b) De acordo com a legislação fiscal vigente, a derrama incide apenas sobre a colecta, pelo que, caso existam prejuízos fiscais no exercício, a taxa de imposto que incide sobre os mesmos é de apenas 25%.

- (c) Esta rubrica inclui: (1) o imposto corrente do exercício nos montantes de 29.174.626 Euros em 2010 e 34.933.627 Euros em 2009 (Nota 11); e (2) o excesso de estimativa de imposto do exercício anterior no montante de 2.288.180 Euros em 2010 e a insuficiência de estimativa de imposto do exercício anterior no montante de 17.216.274 Euros em 2009.

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos devedores e credores com o Estado e Outros Entes Públicos tinham a seguinte composição:

	2010		2009	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	5.035.070	1307.801	43.244.013	584.203
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	155.940	-	191704
Imposto sobre o valor acrescentado	632.393	-	1101623	-
Segurança Social	-	4.876	-	21802
Restantes impostos	-	2.727	70.454	1488
	5.667.463	1.471.344	44.416.090	799.197

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo líquido da rubrica "Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas" tem a seguinte composição:

	2010		2009	
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	48.843.450		54.171.945	
Retenções efectuadas por terceiros	(5.035.070)		(2.887.937)	
Pagamentos por conta (Nota 4)	(47.535.649)		(94.528.021)	
Outros	-		584.203	
Imposto a recuperar líquido	(3.727.269)		(42.659.810)	

A reconciliação entre o imposto corrente sobre o rendimento a pagar, reflectido no balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, e o gasto com o imposto corrente do exercício findo nessas datas, é como se segue:

	2010		2009	
Imposto corrente das participadas (Nota 8)	156.507.985		128.821.727	
Imposto corrente do exercício da PT SGPS (Nota 10)	(29.174.626)		(34.933.627)	
Imposto sobre o rendimento registado no capital próprio	6.354.449		2.668.223	
Ganho relacionado com o consolidado fiscal (Nota 19)	(84.844.358)		(42.384.378)	
	48.843.450		54.171.945	

12. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
OUTRAS CONTAS A RECEBER		
Corrente		
Encargos financeiros a facturar	24.631.565	21.706.464
Outros devedores por acréscimos de rendimentos (a)	10.166.620	10.666.620
Outros devedores (b)	4.413.676	14.632.695
	39.211.861	47.005.779
Perdas por imparidade acumuladas	(4.100.532)	(37.249)
Total das outras contas a receber	35.111.329	46.968.530

- (a) Esta rubrica corresponde a valores por facturar relativamente a serviços prestados à Vivo entre Abril e Agosto de 2008, no âmbito do contrato de prestação de serviços de consultadoria vigente até Agosto de 2008.
- (b) Esta rubrica inclui uma conta a receber de 4.063.283 Euros reconhecida em anos anteriores, a qual foi ajustada em 2010, conforme detalhado na tabela abaixo.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade acumuladas sobre contas a receber durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram como segue:

	euros	
	2010	2009
Saldo inicial	37.249	37.249
Aumentos	4.063.283	-
Saldo final	4.100.532	37.249

13. Diferimentos

Estas rubricas apresentam a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	euros	
	2010	2009
GASTOS A RECONHECER		
Corrente		
Juros e outras despesas financeiras	1.840.028	1.889.071
Outros	287.105	252.379
Total corrente dos gastos a reconhecer	2.127.133	2.141.450
RENDIMENTOS A RECONHECER		
Não corrente		
Mais-valias em transacções intra-Grupo	4.859.760.864	6.828.137.864
Outros	956.009	303.319
Total não corrente dos rendimentos a reconhecer	4.860.716.873	6.828.441.183

O detalhe e movimento das mais-valias diferidas apuradas em transacções intra-grupo são como se segue:

	euros					
	Saldo 1 Jan 2009	Mais-valias apuradas	Reconhecimento no exercício (Nota 19)	Saldo 31 Dez 2009	Reconhecimento no exercício (Nota 19)	Saldo 31 Dez 2010
TMN	3.916.631.253	-	-	3.916.631.253	(1.968.377.000)	1.947.254.253
PT Comunicações	170.289.198	-	-	170.289.198	-	170.289.198
PT.Com	441.189.492	-	-	441.189.492	-	441.189.492
PT Ventures	-	306.943.829	-	306.943.829	-	306.943.829
PT Prime	211.651.419	-	-	211.651.419	-	211.651.419
PT Inovação	-	120.592.746	-	120.592.746	-	120.592.746
PT Pro	-	67.321.604	-	67.321.604	-	67.321.604
PT SI	-	44.458.071	-	44.458.071	-	44.458.071
PT Wi-Fi	17.519.654	-	(7.462.770)	10.056.884	-	10.056.884
PT Sales	-	3.368	-	3.368	-	3.368
	6.296.281.016	539.319.618	(7.462.770)	6.828.137.864	(1.968.377.000)	4.859.760.864

As mais-valias diferidas apuradas em transacções intra-grupo são registadas em resultados na mesma proporção em que o *goodwill* ou os activos e passivos identificados no processo de alocação do preço de compra apurados nas empresas adquirentes é reconhecido. Tanto o reconhecimento das mais-valias diferidas como o efeito do reconhecimento do *goodwill* através da aplicação do método de equivalência patrimonial sobre as empresas participadas estão registados pelo líquido na rubrica “Ganhos/(perdas) em empresas participadas” (Nota 19). Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa reconheceu parcialmente a mais-valia diferida relacionada com a alienação da TMN no montante de 1.968.377.000 Euros, proporcionalmente ao reconhecimento em resultado do *goodwill* registado pela PT Portugal, na sequência da alienação da Vivo concretizada em Setembro de 2010. A mais-valia diferida apurada na alienação da PT Wi-Fi foi parcialmente reconhecida em resultados em 2009 no montante de 7.462.770 Euros, na sequência de uma perda por imparidade reconhecida pela TMN sobre o *goodwill* apurado na aquisição desta empresa.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram apuradas mais-valias em transacções intra-grupo no montante total de 552.967.248 Euros, das quais foram diferidas mais-valias no montante de 539.319.618 Euros, conforme detalhe abaixo:

	euros					
	PT Inovação	PT Pro	PT SI	PT Ventures (a)	PT Sales	Total
Partes de capital (Nota 7)	9.413.265	(61907.516)	(5.487.040)	268.317.545	29.632	210.365.886
Prestações acessórias (Nota 7)	4.993.989	87.585.912	6.028.969	123.200.000	-	231.808.870
Valor contabilístico total	14.407.254	25.678.396	10.541.929	391.517.545	29.632	442.174.756
Mais-valia apurada na alienação do capital	120.592.746	67.321.604	44.458.071	320.591.459	3.368	552.967.248
Preço de venda (Nota 4) (b)	135.000.000	93.000.000	55.000.000	712.109.004	33.000	995.142.004

- (a) Do total da mais-valia apurada na alienação da PT Ventures à Africatel no montante de 320.591.459 Euros, 13.647.630 Euros foram reconhecidos em resultados na rubrica “Ganhos/(perdas) em empresas participadas” (Nota 19).
- (b) O preço de venda destas transacções inclui a alienação de partes de capital e o direito ao reembolso das prestações acessórias realizadas pelo respectivo valor nominal. Com excepção da alienação da PT Ventures, cujo preço de venda tinha sido objecto de um adiantamento por parte da Africatel em anos anteriores, os restantes preços de venda foram pagos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

14. Capital próprio

14.1. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Empresa encontrava-se integralmente realizado e ascendia a 26.895.375 Euros, estando representado por 896.512.000 acções ordinárias e 500 acções de Categoria A, com o valor nominal de 3 cêntimos de Euro cada.

As matérias indicadas em seguida não podem ser aprovadas em Assembleia Geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de Categoria A:

- Autorização de aquisição de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a Portugal Telecom;
- Alterações aos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão do direito de preferência e a fixação de parâmetros para os aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, fixação do valor das emissões daqueles valores mobiliários a deliberar pelo Conselho de Administração e limitação ou supressão do direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções, bem como fixação de parâmetros para as emissões de obrigações daquela natureza a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Tomada de deliberações sobre a aplicação dos resultados do exercício, em caso de distribuição de um dividendo aos accionistas numa percentagem superior a 40% dos lucros distribuíveis;
- Eleição da mesa da Assembleia Geral, assim como do Presidente da Comissão de Auditoria e do Revisor Oficial de Contas;
- Aprovação dos objectivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade;
- Definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades, bem como, nos casos em que aqueles princípios exijam a prévia autorização da Assembleia Geral, tomada de deliberações sobre as respectivas aquisições e alienações;
- Autorização para deslocação da sede da Sociedade.

Adicionalmente, para a eleição de um terço do número total dos Administradores, incluindo o Presidente do Conselho Executivo, é necessária a concorrência dos votos emitidos pelo Estado, enquanto titular das acções da Categoria A.

Os Estatutos da Sociedade determinam ainda que, de entre os membros da Comissão Executiva designada pelo Conselho de Administração, pelo menos um ou dois dos administradores designados, consoante a Comissão Executiva seja composta por cinco ou sete

membros, tenham sido eleitos de acordo com aquela regra de eleição que confere direitos especiais ao Estado enquanto titular das acções de Categoria A.

14.2. Acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica corresponde a contratos de *equity swap* celebrados pela Portugal Telecom sobre 20.640.000 acções próprias e que foram reconhecidos como uma aquisição efectiva de acções, tendo originado o registo de um passivo pelo correspondente valor de aquisição no montante de 178.071.826 Euros (Nota 16).

14.3. Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Em 31 de Dezembro de 2010, a reserva legal encontrava-se integralmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor, ascendendo a 6.773.139 Euros.

14.4. Outras reservas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Reservas livres	105.209.244	105.209.244
Opção de conversão das obrigações convertíveis (a)	42.001.900	42.001.900
Reserva de acções próprias canceladas (b)	6.970.320	6.970.320
Reserva de concessão	5.843.644	5.843.644
Swaps de taxa de juro (c)	(1568.751)	(1464.832)
	158.456.357	158.560.276

- (a) Esta rubrica corresponde ao justo valor da opção de conversão incluída nas obrigações emitidas pela Empresa, no montante de 57.145.442 Euros (Nota 16), líquido do correspondente efeito fiscal no montante de 15.143.542 Euros (Nota 10).
- (b) A reserva de acções próprias canceladas está relacionada com o reconhecimento de uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das acções canceladas ou ao custo de aquisição das acções próprias detidas pela Portugal Telecom. A reserva de acções próprias tem um regime legal equivalente ao da reserva legal. Em 31 de Dezembro de 2010, esta reserva refere-se às acções canceladas em 20 de Dezembro de 2007, 24 de Março de 2008 e 10 de Dezembro de 2008.
- (c) Esta rubrica inclui o efeito das variações no justo valor dos swaps de taxa de juro contratados pela Empresa e classificados como de cobertura de fluxos de caixa, líquido do correspondente efeito fiscal. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as variações no justo valor destes instrumentos financeiros ascenderam a 141.386 Euros e 983.917 Euros (Nota 9), respectivamente, e o respectivo efeito fiscal foi de 37.467 Euros e 260.525 Euros (Nota 10), respectivamente.

14.5. Ajustamentos em activos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	euros			
	Lucros não atribuídos	Ajustamentos de conversão cambial	Outras variações no capital próprio	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	26.586.699	(470.309.268)	(583.897.860)	(1.027.620.429)
Equivalência patrimonial (a)	-	684.440.279	208.629.236	893.069.515
Lucros não atribuídos	1.771.952	-	-	1.771.952
Reestruturação societária (b)	(22.751.922)	204.528	(33.120.849)	(55.667.513)
Ajustamentos de conversão cambial de goodwill (Nota 7)	-	8.472.239	-	8.472.239
Outros movimentos	-	371.011	(3)	371.008
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	5.607.459	223.178.789	(408.389.476)	(179.603.228)
Equivalência patrimonial (a)	-	(59.661.261)	(359.510.176)	(519.171.437)
Alienação da Vivo (c)	-	-	(101.303.599)	(101.303.599)
Transferência para resultados transitados (d)	-	-	1.222.181.595	1.222.181.595
Lucros não atribuídos	1.458.649	-	-	1.458.649
Ajustamentos de conversão cambial de goodwill (Nota 7)	-	4.918.181	-	4.918.181
Outros movimentos	-	-	111	111
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	7.066.108	68.435.709	352.978.455	428.480.272

- (a) Os movimentos relacionados com a aplicação do método de equivalência patrimonial foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	euros	
	2010	2009
Investimentos financeiros (Nota 7)	(59.632.261)	893.425.421
Provisões para investimentos financeiros negativos (Nota 5)	(18.222)	(355.906)
	(59.171.437)	893.069.515

Os ajustamentos de conversão cambial registados no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial incluem (1) ajustamentos de conversão cambial positivos nos montantes de 311.637.898 Euros em 2010 e 684.440.279 Euros em 2009, em resultado essencialmente da apreciação do Real face ao Euro, e (2) um montante negativo de 471.299.159 Euros em 2010 correspondente às variações cambiais acumuladas positivas relativas ao investimento na Brasilcel transferidas para resultados, na sequência da alienação da participação de 50% anteriormente detida nesta empresa pela PT Móveis, conforme mencionado na Nota 1. As outras variações nos capitais próprios decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial estão relacionadas essencialmente com os ganhos e perdas actuariais reconhecidos pela PT Comunicações no âmbito do cálculo das suas responsabilidades com benefícios de reforma, conforme referido na Nota 2, e com outras variações nos capitais próprios de outras empresas participadas.

- (b) Esta rubrica inclui essencialmente lucros não atribuídos e outras variações nos capitais próprios das empresas PT Inovação, PT SI, PT Pro e PT Ventures, no montante total de 55.667.513 Euros, os quais foram transferidos para resultados transitados na sequência da alienação destas participações financeiras em 2009.
- (c) Na sequência da alienação do investimento na Brasilcel, as outras variações nos capitais próprios relacionadas com este investimento no montante de 101.303.599 Euros foram transferidas para resultados transitados.
- (d) Esta rubrica respeita à transferência de reservas e de ajustamentos para resultados realizados por empresas participadas, incluindo: (1) um montante de 1.345.930.203 Euros relacionado com perdas actuariais, líquidas do respectivo impacto fiscal transferidas para resultados transitados na PT Comunicações aquando da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões; e (2) um montante de 123.748.608 Euros relativo à realização de reservas de realização pela PT Comunicações.



14.6. Aplicação de resultados

Em 2009, conforme deliberado na Assembleia Geral de Accionistas de 27 de Março de 2009, o resultado líquido do exercício de 2008 determinado de acordo com o POC, no montante de 488.717.970 Euros, foi integralmente distribuído aos accionistas. O valor distribuído inclui ainda reservas livres no montante de 14.908.718 Euros, ascendendo o montante total pago aos accionistas a 503.626.688 Euros, equivalente a um dividendo por acção de 57,5 cêntimos de Euro.

Em Maio de 2010, conforme deliberado na Assembleia Geral de Accionistas de 16 de Abril de 2010, do resultado líquido do exercício de 2009 determinado de acordo com o POC, no montante de 529.778.473 Euros, foi distribuído aos accionistas um montante total de 503.626.688 Euros, equivalente a um dividendo por acção de 57,5 cêntimos de Euro, tendo o montante remanescente sido transferido para resultados transitados.

Em Dezembro de 2010, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom no dia 16 de Dezembro, a Empresa distribuiu aos seus accionistas um adiantamento por conta dos lucros de 2010 no montante total de 875.872.500 Euros, equivalentes a 1 Euro por acção.

15. Provisões e passivos contingentes

15.1. Movimentos ocorridos nas provisões

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nas provisões foram como segue:

euros					
2010					
	Fiscais	Processos judiciais em curso	Investimentos financeiros negativos	Outras provisões	Total
Saldo inicial	20.024.630	102.281	1.744.787	354.841	22.226.539
Aumentos	7.162.229	-	18.222	-	7.180.451
Reduções	(946.888)	(7.281)	(1.707.714)	-	(2.661.883)
Outros movimentos	5.301.144	-	-	-	5.301.144
Saldo final	31.541.115	95.000	55.295	354.841	32.046.251
Provisões não correntes	31.541.115	95.000	-	-	31.636.115
Provisões correntes	-	-	55.295	354.841	410.136

euros					
2009					
	Fiscais	Processos judiciais em curso	Investimentos financeiros negativos	Outras provisões	Total
Saldo inicial	21.035.793	4.281	1.898.625	354.841	33.293.540
Aumentos	3.529.575	98.000	1.273.999	-	4.901.574
Reduções	(4.512.238)	-	(1.142.837)	-	(15.940.075)
Outros movimentos	(28.500)	-	-	-	(28.500)
Saldo final	20.024.630	102.281	1.744.787	354.841	22.226.539
Provisões não correntes	20.024.630	102.281	-	-	20.126.911
Provisões correntes	-	-	1.744.787	354.841	2.099.628

Os movimentos ocorridos nas provisões fiscais resultam da avaliação efectuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização das contingências fiscais em curso e de pagamentos efectuados relativos a contingências ocorridas em anos anteriores.

As provisões para investimentos financeiros destinam-se a fazer face a perdas em empresas subsidiárias e associadas que apresentem capitais próprios negativos (Nota 8), sendo calculadas em função da proporção detida no capital dessas sociedades. Os movimentos ocorridos nestas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram como segue:

euros		
	2010	2009
Equivalência patrimonial		
Perdas (ganhos) em empresas participadas (Nota 19)	(1.055.024)	(766.191)
Ajustamentos em activos financeiros (Nota 14)	18.222	355.906
Outros movimentos		
Alienações	(652.690)	-
Aumento de capital (a)	-	(10.661.642)
Aquisições		98.089
	(1.689.492)	(10.153.838)

- (a) Esta rubrica corresponde a um aumento de capital ocorrido na PT Ásia, o qual foi realizado essencialmente através da conversão de adiantamentos por conta de investimentos financeiros, suprimentos e de dinheiro.

15.2. Processos com perda provável

As provisões fiscais destinam-se a fazer face a diversas contingências fiscais relacionadas com IRC, IVA e Segurança Social, entre outros impostos e taxas. As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra a Empresa, estimadas com base em informações dos seus advogados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa, de acordo com a “NCRF 21 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes” (“NCRF 21”) e com base na opinião de consultores legais internos e externos, tinha classificado como processos com perda provável diversas acções judiciais e arbitrais em curso e contingências fiscais, uma vez que considera como provável o exfluxo de recursos em resultado destes processos. A natureza destes processos é conforme segue:

	euros	
	2010	2009
Processos judiciais em curso		
Responsabilidade laboral	-	4.281
Outras responsabilidades	95.000	98.000
	95.000	102.281
Contingências fiscais	31.541.115	20.024.630
	31.636.115	20.126.911

15.3. Processos com perda possível e com perda remota

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa, de acordo com a NCRF 21 e com base na opinião de consultores judiciais internos e externos, tinha classificado como processos com perda possível diversas contingências fiscais no montante total de 150 mil euros, os quais estão relacionados essencialmente com IRC. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tinha ainda outras contingências fiscais no montante total de 72 milhões de euros, consideradas pela Empresa como perda remota.

Em 31 de Dezembro de 2010, existem algumas contingências fiscais contra determinadas empresas do Grupo, as quais estão relacionadas essencialmente com a dedutibilidade de determinados encargos financeiros incorridos entre 2004 e 2009 (168 milhões de Euros) e com a dedutibilidade de uma menos-valia apurada em 2006 na sequência da liquidação de uma empresa subsidiária (63 milhões de Euros). A Portugal Telecom já recebeu liquidações fiscais relativamente a estas contingências e apresentou garantias bancárias às autoridades fiscais no montante total de 235 milhões de Euros (Nota 28) relativas aos anos 2004 a 2007. Em 31 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom não concorda com os fundamentos legais que estiveram na base destas liquidações e, com base na opinião dos seus consultores fiscais, considera que existem argumentos sólidos para contrapor a posição das autoridades fiscais.

16. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresentam a seguinte composição:

	2010		2009	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	717.376.975	-	709.549.390	-
Sistema de tesouraria centralizada	-	137.101	-	45.204.657
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	454.077.941	113.515.035	367.592.977	110.051.550
Outros empréstimos obtidos				
Empréstimos externos	1769.100.000	173.950.000	2.121.200.000	355.500.000
Empréstimos internos	-	88.000.000	-	-
Passivo relativo a equity swaps sobre acções próprias (Nota 14)	-	178.071.826	-	178.071.826
Locação financeira	222.671	234.344	197.532	247.519
	2.940.777.587	553.908.306	3.198.539.899	689.075.552

16.1. Empréstimos por obrigações convertíveis

Em 2008, a Empresa procedeu à emissão de 15.000 obrigações convertíveis com o valor nominal unitário de 50.000 Euros. A emissão foi efectuada por subscrição particular integralmente subscrita pela sua subsidiária PT Finance.

A emissão foi realizada para apoio da emissão de obrigações permutáveis em acções ordinárias da Portugal Telecom, realizada pela PT Finance em Julho de 2007, denominada “Euro 750.000.000,00 4.125 per cent Exchangeable Bonds due 2014 exchangeable for new and/or existing ordinary shares of Portugal Telecom, SGPS, SA” (“Exchangeable Bonds”) visando permitir à PT Finance a satisfação de pedidos de conversão que eventualmente sejam formulados pelos investidores titulares das *Exchangeable Bonds*. As condições desta emissão de obrigações convertíveis replicam por isso os termos das *Exchangeable Bonds*.

As obrigações convertíveis representam um instrumento financeiro composto, pelo que o justo valor da componente de capital (opção de conversão em acções) foi reconhecido directamente em capital próprio na data de emissão das obrigações e ascendia a 57.145.442 euros (Nota 14.4), enquanto a componente do passivo financeiro se encontra reconhecida ao custo amortizado.

16.2. Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos bancários correspondiam a financiamentos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW), encontrando-se expressos em Euros, directa ou indirectamente através de *currency swaps*. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa contraiu dois financiamentos junto do BEI de 100 milhões de Euros cada um, com o propósito de investir na rede de nova geração da Portugal Telecom, os quais têm maturidade entre 2014 e 2021.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as garantias solicitadas a favor de terceiros relacionadas com estes empréstimos são as seguintes:

	euros	
	2010	2009
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	332.857.143	154.285.714
Aval do Estado a favor do Kreditanstalt Für Wiederaufbau	377.845	1836.049

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais que variavam entre:

	euros	
	2010	2009
Taxas de juro máxima	5,00%	5,00%
Taxas de juro mínima	134%	102%

Adicionalmente, a Empresa é mutuária, juntamente com a PT Comunicações e a PT Finance, em seis Revolving Credit Facilities, no montante total de 1.015.000.000 Euros, com maturidades entre 2010 e 2013. Em 31 de Dezembro de 2010, não se encontrava utilizado pela Empresa qualquer montante no âmbito destes contratos.

16.3. Outros empréstimos externos

Em 25 de Junho de 1999, a Empresa estabeleceu um Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, até ao montante de 1.000.000.000 Euros. Na sequência dos aditamentos entretanto efectuados, em 31 de Dezembro de 2010, o montante máximo do programa é de 2.500.000.000 Euros. Nesta data, as emissões efectuadas pela Empresa no âmbito deste programa, no total de 989.200.000 Euros, encontram-se subscritas pela PT Finance, estando associadas por esta empresa essencialmente a: (i) emissão de Euro Medium Term Notes (“EMTNs”) efectuada em 16 de Junho de 2005 pela PT Finance, no montante total de 500.000.000 Euros, com uma maturidade de 20 anos e uma taxa de juro anual de 4,5%; e (ii) emissão de EMTNs efectuada em 30 de Abril de 2009 pela PT Finance, no montante total de 1.000.000.000 Euros, com uma maturidade de 4 anos e uma taxa de juro anual de 6%.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa estabeleceu um outro Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, até ao montante de 1.350.000.000 Euros. Na sequência de aditamentos entretanto efectuados, em 31 de Dezembro de 2010, o montante máximo do programa é de 3.000.000.000 Euros. Nesta data, as emissões efectuadas pela Empresa no âmbito deste programa, no total de 953.850.000 Euros, encontram-se subscritas pela PT Finance, estando associadas por esta empresa essencialmente a uma emissão em 2 de Novembro de 2009 pela PT Finance de EMTNs no montante total de 750.000.000 Euros, com uma maturidade de 10 anos e uma taxa de juro anual de 5%.

16.4. Outros empréstimos internos

Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa mantinha contratados programas de papel comercial de curto prazo no montante total de 550.000.000 Euros, incluindo 450.000.000 Euros com tomada firme. O montante utilizado em 31 de Dezembro de 2010 no âmbito destes programas ascendia a 88.000.000 Euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2009 não se encontrava utilizado qualquer montante.

16.5. Locação financeira

As obrigações com contratos de locação financeira resultam essencialmente da locação de equipamento de transporte, no âmbito dos quais existem geralmente opções de compra no termo dos mesmos. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os bens em regime de locação financeira registados no balanço da Empresa tinham um valor contabilístico de 518.174 Euros e 517.860 Euros, respectivamente, e correspondem à rubrica de equipamento de transporte dos activos fixos tangíveis.

A maturidade dos pagamentos mínimos dos contratos de locação financeira em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 era conforme segue:

	2010			2009		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1ano	234.344	10.780	245.124	247.519	14.025	261.544
Entre 1e 2 anos	145.802	3.888	149.690	143.686	5.489	149.175
Entre 2 e 3 anos	68.133	858	68.991	53.846	783	54.629
Entre 3 e 4 anos	8.736	118	8.854	-	-	-
	457.015	15.644	472.659	445.051	20.297	465.348

16.6. Maturidade da dívida não corrente

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a dívida não corrente tinha o seguinte plano de reembolso previsto:

	euros	
	2010	2009
Entre 1e 2 anos	92.591.707	113.658.721
Entre 2 e 3 anos	599.257.314	709.849.751
Entre 3 e 4 anos	778.457.140	112.989.131
Entre 4 e 5 anos	25.357.143	758.120.818
A mais de 5 anos	1.445.114.283	1.503.921.428
	2.940.777.587	3.198.539.899

16.7. Outras informações

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais condicionalismos financeiros (“*covenants*”) incluídos em contratos de financiamento da Empresa eram como segue e respeitam às contas consolidadas:

- **Alteração de controlo**

As obrigações convertíveis e as credit facilities, no montante total de 1.015 milhões de euros, os empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 565 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 e um empréstimo obtido em 2010 no montante de 50 milhões de euros conferem aos credores o direito de exigirem o pagamento de todos os montantes em dívida no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom. De acordo com os termos e condições destes financiamentos, uma alteração de controlo ocorreria no caso de uma qualquer pessoa ou grupo de pessoas actuando concertadamente adquirir ou controlar mais de 50% dos direitos de voto, quer seja através de capital, de direitos de voto ou dos termos previstos no acordo de accionistas. Em determinados casos, obter o direito de nomear ou remover todos ou a maioria dos administradores ou directores da Empresa, ou de dar directivas relativamente às políticas operacionais e financeiras da Empresa, as quais tenham de ser respeitadas pelos administradores ou directores, também são aspectos a considerar como uma alteração de controlo.

- **Notações de rating**

Determinados empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 183 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, estabelecem que, caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido do rating atribuído na altura em que a cláusula foi incluída (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch) a Portugal Telecom pode ser chamada a apresentar uma garantia aceitável pelo BEI. As notações de rating actuais são BBB pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch. Adicionalmente, as condições aplicáveis ao programa de papel comercial também podem ser modificadas no caso do rating atribuível à Portugal Telecom ser alterado.

- **Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas**

Determinadas credit facilities e programas de papel comercial no montante total de 615 milhões de euros estabelecem que a Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas “Material Subsidiaries”. “Material Subsidiaries” são aquelas empresas cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados.

- **Alienação de Activos**

As credit facilities no montante total de 150 milhões de euros e os empréstimos obtidos junto do BEI no montante de 565 milhões de euros em 31 de Dezembro 2010, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom.

- **Rácios Financeiros**

Determinadas facilities, empréstimos e programas de papel comercial no montante total de 815 milhões de euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado. Outras credit facilities de 200 milhões de euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,0 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, as condições aplicáveis a determinadas facilities e ao programa de papel comercial no montante total de 1.115 milhões de euros podem ser alteradas em função do rácio Dívida líquida consolidada/EBITDA. Finalmente, alguns empréstimos do BEI, no montante total de 49 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, requerem que a Portugal Telecom apresente uma garantia aceitável pelo BEI se o rácio Dívida líquida/EBITDA exceder 3,5 vezes.

- **Negative Pledge**

O Programa Euro Medium Term Notes, o empréstimo por obrigações convertíveis, as revolving credit facilities, o empréstimo obtido em 2010 no valor de 50 milhões de euros e um dos programas de papel comercial estão abrangidos por cláusulas de Negative pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

No que diz respeito à alienação da participação de 50% na Brasilcel, a Portugal Telecom obteve uma comunicação formal de uma instituição financeira informando que não se opunha à venda deste investimento.

As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento de qualquer um destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado dos financiamentos obtidos ou no cancelamento das linhas de crédito disponíveis. Em 31 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Fornecedores conta corrente	1229.056	2.050.089
Facturas em recepção e conferência	226.707	226.774
Fornecedores de investimento	-	905
	1.455.763	2.277.768

18. Credores por acréscimos de gastos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Juros e outras despesas financeiras a liquidar	20.958.563	15.328.537
Encargos com férias, subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	7.643.131	8.628.976
Fornecimentos e serviços externos	357.127	917.641
Trabalhos especializados	112.251	264.746
Outros (a)	21046.827	14.976.863
	50.117.899	40.116.763

- (a) Esta rubrica inclui 8.518.621 Euros em 2010 e 8.493.648 Euros em 2009 (Nota 24) relativos às contribuições a favor das Páginas Amarelas no âmbito do Acordo Parassocial celebrado entre a Empresa e o outro accionista desta participada.

19. Ganhos/(perdas) em empresas participadas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Ganhos e perdas em empresas participadas		
Ganhos	3.315.752.004	760.982.319
Perdas	(12.668.256)	(3.756.438)
Ganhos e perdas na alienação de empresas participadas		
Ganhos	150.000	14.174.982
Perdas	(13.020)	-
Reconhecimento de mais-valias diferidas (Notas 10 e 13)	1.968.377.000	7.462.770
	5.271.597.728	778.863.633

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os ganhos e perdas em empresas participadas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial (Notas 7 e 15) foram reconhecidos por contrapartida das seguintes rubricas:

	euros	
	2010	2009
Investimentos financeiros (Nota 7)		
PT Portugal	3.072.275.871	595.158.362
Africatel Holding BV	101595.323	54.934.850
PT Participações	20.831.157	14.033.443
PTI Finance BV	15.205.381	530.452
UOL	10.431.091	8.103.003
PT II	6.123.755	(2.327.551)
PT Centro Corporativo	1798.594	2.037.485
Páginas Amarelas	846.336	1.458.649
PT Brasil	631.938	6.705.623
PT Prime Tradecom	113.176	(103.227)
Sportinvest Multimédia	(8.115.81)	(256.337)
PT Imobiliária	(1415.397)	(1.369.249)
Previsão	(829.754)	51.196
PT Compras	(45.342)	2.874.819
PT Ventures (a)	-	21.794.376
PT Inovação (a)	-	10.452.811
PT Sales (a)	-	(3.393)
	3.219.380.548	714.075.312
Provisões para investimentos financeiros negativos (Nota 15)		
SGPICE	1055.024	168.058
PT Ásia	-	598.133
	1.055.024	766.191
Perdas em investimentos em associadas (Notas 7 e 10)	(2.196.182)	-
Ganho decorrente do regime de consolidação fiscal (Notas 10 e 11) (b)	84.844.358	42.384.378
	3.303.083.748	757.225.881

- (a) A Portugal Telecom aplicou o método da equivalência patrimonial aos resultados destas participadas até à data em que as mesmas foram alienadas à PT Portugal, tendo esta última aplicado esse mesmo método a partir dessa data até ao final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
- (b) Este valor reflecte o efeito da dedução do prejuízo fiscal das empresas participadas abrangidas no perímetro de consolidação fiscal da Portugal Telecom (Nota 3).

Em 2010, a rubrica “Ganhos na alienação de empresas participadas”, no montante de 150.000 Euros, corresponde ao montante recebido da Telefónica na sequência da alienação de 1 acção da Brasilcel anteriormente detida pela Empresa. No exercício de 2009, esta rubrica inclui 13.647.630 Euros (Nota 13) relativos a um ganho apurado no âmbito da operação de alienação da PT Ventures à Africatel.

20. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Serviços de suporte	2.304.508	1.731.258
Trabalhos especializados	2.232.878	1.439.494
Seguros	574.621	572.234
Rendas e alugueres	357.151	333.215
Deslocações e estadas	325.565	303.875
Outros	5.586.432	1.310.924
	11.381.155	5.691.000

21. Gastos com o pessoal

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Remunerações:		
Órgãos sociais	6.761.445	12.415.770
Pessoal	828.214	1.478.417
Encargos sociais:		
Órgãos sociais	183.098	211.793
Pessoal	101.734	125.194
Outros	70.127	186.720
	7.944.618	14.417.894

22. Aumentos/(reduções) de justo valor

Esta rubrica respeita à variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa e apresenta a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	euros	
	2010	2009
Swaps de taxa de juro (Nota 9)	949.947	334.106
Currency swaps com componente cambial e de taxa de juro (Nota 9)	230.729	-
Currency swap com componentes cambial e de taxa de juro (a)	-	5.690.132
	1.180.676	6.024.238

- (a) Esta rubrica está relacionada com um instrumento financeiro derivado de taxa de câmbio contratado em anos anteriores e corresponde à variação no justo valor do mesmo entre 31 de Dezembro de 2008 (valor negativo de 43,3 milhões de euros) e 7 de Abril de 2009 (valor negativo de 37,6 milhões de Euros), data em que este instrumento financeiro foi liquidado pelo respectivo justo valor (Nota 4).

23. Outros rendimentos e ganhos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe desta rubrica é conforme segue:

	euros	
	2010	2009
Juros de mora	2.416,8	3.030,90
Diferenças de câmbio favoráveis	1320,165	315,014
Outros	22.863	611044
	3.484.646	3.956.248

24. Outros gastos e perdas

Esta rubrica inclui essencialmente: (1) contribuições a realizar a favor das Páginas Amarelas nos montantes de 8.518.621 Euros em 2010 e 8.493.648 Euros em 2009 (Nota 18), no âmbito do acordo parassocial celebrado entre a Empresa e o outro accionista desta participada, o qual prevê que os accionistas, incluindo a Portugal Telecom, sejam obrigados a fazer estas contribuições de forma a assegurar determinados rácios de rentabilidade pré-definidos; e (2) um prémio de carácter extraordinário pago em Dezembro de 2010 a todos os colaboradores do Grupo PT no montante total de aproximadamente 14 milhões de Euros, o qual está relacionado com o sucesso da operação de alienação da participação financeira na Brasilcel.

25. Depreciações e amortizações ((gastos)/reversões)

A composição desta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme segue:

	euros	
	2010	2009
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	(271044)	(326.480)
Activos intangíveis	-	(18.747)
	(271.044)	(345.227)

26. Juros e rendimentos/gastos similares

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2010	2009
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos (a)	75.539.615	70.589.826
Diferenças de câmbio favoráveis (b)	24.341.874	2.638.367
Rendimentos de participação de capital (Nota 4)	97.642	16.015
Outros	-	902.266
	99.979.131	74.146.474
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados (a)	203.760.544	174.476.443
Comissões e outros encargos bancários	8.096.190	8.761.227
Diferenças de câmbio desfavoráveis	325.200	2.606.994
Locação financeira	12.025	17.507
Outros	1.836.136	2.607.755
	214.030.095	188.469.926

(a) Em 2010 e 2009, o detalhe da rubrica de juros obtidos e de juros suportados é conforme segue:

	euros	
	2010	2009
Juros obtidos		
Financiamentos concedidos a empresas do Grupo	56.998.615	60.204.160
Depósitos a prazo	18.531.702	9.870.420
Depósitos à ordem	9.298	515.246
	75.539.615	70.589.826
Juros suportados		
Empréstimos bancários	164.706.825	135.307.190
Empréstimos obrigacionistas	38.954.538	38.660.578
Financiamentos obtidos de empresas do Grupo	99.131	74.312
Outros	-	434.363
	203.760.544	174.476.443

(a) Em 2010, esta rubrica inclui um montante de 24.080.096 Euros (Nota 8) decorrente da actualização cambial do empréstimo concedido à Africatel, em virtude de o mesmo estar denominado em Dólares Americanos.

27. Resultado líquido por acção

O resultado líquido por acção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi calculado da seguinte forma:

	euros	
	2010	2009
Resultado líquido	5.124.694.888	644.363.246
Juros de obrigações convertíveis (líquido de imposto)	28.631.585	28.415.525
Resultado líquido diluído	5.153.326.473	672.778.771
Número médio ponderado de acções em circulação	896.512.500	896.512.500
Efeito das obrigações convertíveis	64.655.173	64.655.173
Número médio ponderado de acções em circulação, diluído	961.167.673	961.167.673
Resultado líquido por acção básico	5,72	0,72
Resultado líquido por acção diluído	5,36	0,70

Em 2010 e 2009, os efeitos dilutivos correspondem ao impacto das obrigações convertíveis emitidas pela Empresa em 2008 (Nota 16).

28. Garantias e outros compromissos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa tinha apresentado as seguintes garantias e outros compromissos financeiros a favor de terceiros:

	euros	
	2010	2009
Garantias bancárias a favor de tribunais	378.380	378.380
Garantias bancárias solicitadas pela empresa a favor de terceiros:		
Administração fiscal	235.238.181	79.089.504
Total das garantias prestadas	235.616.561	79.467.884
Cartas de conforto e avales a favor de terceiros:		
Fiança ao Serviço de Finanças de Lisboa	28.492.845	30.813.104
Aval na Livrança da PT Brasil a favor do BES	-	11.696.515
Outros	342.877	35.928
Total das cartas de conforto e avales	28.835.722	42.545.547

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor das garantias bancárias apresentadas a favor de terceiros inclui:

- Apresentação de garantia bancária ao Tribunal do Trabalho de Cascais, correspondente a um litígio, no montante de 378.380 Euros;
- Apresentação de garantias bancárias ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa, correspondente a liquidações adicionais de IRC dos exercícios 2004 a 2007, no montante total de 235.155.840 Euros (Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor das fianças prestadas a favor da Administração fiscal inclui:

- Emissão de fiança ao 8º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A., actualmente incorporada na PT Comunicações, correspondente a liquidações adicionais de IRC no valor de 16.500.043 Euros;
- Emissão de fiança ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a uma liquidação de IVA de 2000, no montante de 1.084.093 Euros;
- Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a liquidação adicional de IVA de 2001, no montante de 816.680 Euros, e a liquidações adicionais de IRC de 2002, no montante de 996.940 Euros;
- Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a liquidações adicionais de IRC de 2003, no montante de 222.289 Euros e a liquidação de IVA de 2003 de 2.179.095 Euros;

- Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a liquidações de IVA de 2002, no montante de 1.175.787 Euros, e de IVA de 2004, no montante de 3.172.887 Euros;
- Emissão de fiança ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a liquidação de IRC de 2004, no montante de 2.345.032 Euros;
- Emissão de declaração à Câmara Municipal de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a uma dívida, no montante de 318.686 Euros.

29. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 24 de Março de 2011, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Em 26 de Janeiro de 2011, a Portugal Telecom assinou, com a Oi e com os seus accionistas controladores, os acordos definitivos de compra e venda, de subscrição e de accionistas. Com a assinatura destes acordos em ligação com este investimento estratégico, o Grupo PT continuará a beneficiar de escala e diversificação geográfica em mercados de elevado potencial de crescimento. Os termos relevantes da transacção foram mantidos de acordo com a natureza estratégica deste investimento: (1) posição económica mínima, directa e indirecta, na Oi de 22,38%; (2) investimento de 8,3 mil milhões de reais (cerca de 3,75 milhões de euros ao câmbio de fecho de 31 de Dezembro de 2010), e (3) atribuição à Portugal Telecom de direitos significativos no governo da sociedade, resultando na consolidação proporcional da posição accionista directa e indirecta na Telemar Participações (25,6%), aplicável nas contas consolidadas da Empresa. Estes acordos foram assinados no seguimento do acordo de intenções celebrado em 28 de Julho de 2010 entre a Portugal Telecom e as entidades Andrade Gutierrez Participações, S.A. e LF Tel, S.A., dois dos principais accionistas da Telemar Participações, S.A., acordo este que definia os princípios para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi. O Grupo Oi é um operador líder nos serviços de telecomunicações do mercado brasileiro e o maior operador de telecomunicações fixas na América do Sul, em termos de clientes activos.

Adicionalmente, a CTX Participações SA, holding controladora da Contax, tem intenção de incorporar a Dedic/GPTI através da fusão de ambas as operações de *contact centre*, *IT* e *BPO*. Esta integração permitirá: (1) gerar sinergias substanciais, beneficiando assim todos os accionistas da Dedic/GPTI e da Contax, e (2) a cristalização pela PT do valor da Dedic/GPTI. A Contax é uma das empresas líderes em serviços corporativos e a empresa líder em serviços de *contact centre* no Brasil.



Em 27 de Janeiro de 2011, a Portugal Telecom concluiu a alienação a um terceiro da participação de 28,78% detida pelo Grupo na UOL, incluindo a participação de 21,95% detida pela Empresa em 31 de Dezembro de 2010. A transacção foi realizada pelo montante total de 356 milhões de Reais, equivalente a um preço de 10,3 Reais Brasileiros por acção.

Em 8 de Fevereiro de 2011, a Portugal Telecom, através da sua subsidiária PT Internacional Finance BV, emitiu uma Eurobond no montante de 600 milhões de Euros, com uma maturidade de 5 anos. O cupão desta emissão é 5,625%, com uma margem de 295pb sobre a taxa de *mid swap*.

Em 23 de Março de 2011, a Portugal Telecom assegurou uma nova linha de crédito no montante de 900 milhões de euros. A maturidade desta linha ocorre em Março de 2014.



Participações qualificadas

Nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 8º do Regulamento nº 5/2008 da CMVM, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT de que a sociedade foi informada por referência a 31 de Dezembro de 2010 ou a data anterior conforme indicado:

- > A 25 de Novembro de 2010, a Capital Research and Management Company detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 90.421.315 acções da PT, representativas de 10,0859% do capital social e dos direitos de voto da PT.

A PT informou ainda que as acções correspondentes a esta participação qualificada são detidas por fundos de investimento geridos, com poderes discricionários, pela Capital Research and Management Company.

- > A 31 de Dezembro de 2010, o Grupo Banco Espírito Santo (“Grupo BES”) detinha uma participação qualificada correspondente a 9,95% do capital social e dos direitos de voto na PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários (“CVM”):

<i>Entidades</i>	<i>Nº acções</i>
BES	4.218
Sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	89.114.747
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização do BES	55.451
Total	89.174.416

No dia 28 de Janeiro de 2011, a PT divulgou que o BES detinha uma participação qualificada correspondente a 89.924.416 acções da PT, representativas de 10,03% do capital social e dos respectivos direitos de voto.

- > A 8 de Junho de 2010, a PT divulgou uma comunicação recebida da RS Holding, SGPS, S.A. (“RS Holding”) nos termos da qual esta entidade detinha um total de 60.698.090 acções da PT, correspondentes a 6,77% do respectivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:



<i>Entidades</i>	<i>Nº acções</i>
Insight Strategic Investments, SGPS, S.A.	37.804.969
Ongoing Strategy Investments, SGPS, S.A.	22.600.000
Investoffice – Investimentos e Consultoria Financeira, S.A.	281.931
Nuno Vasconcellos	11.190
Total	60.698.090

A RS Holding informou ainda que a participação qualificada acima mencionada continuava a ser imputável à Senhora D. Isabel Maria Alves Rocha dos Santos, enquanto titular de 99,9% do capital social da RS Holding e dos correspondentes direitos de voto.

- > A 31 de Dezembro de 2010, o Grupo Caixa Geral de Depósitos (“Grupo CGD”) detinha uma participação qualificada correspondente a 6,26% do capital social e dos correspondentes direitos de voto na PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do Grupo CGD calculada nos termos do artigo 20º do CVM:

<i>Entidades</i>	<i>Nº acções</i>
Caixa Geral de Depósitos	54.836.752
Parcaixa, SGPS, S.A.	128.485
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A.	655.028
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	18.065
Fundo de Pensões da CGD	520.635
Total	56.158.965

- > A 3 de Dezembro de 2010, a PT comunicou que The Income Fund of America, Inc. (“IFA”) detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 45.091.419 acções da PT, representativas de 5,03% do capital social e dos respectivos direitos de voto.

A PT informou ainda que o IFA conferiu poderes à Capital Research and Management Company para exercer os direitos de voto correspondentes a esta participação qualificada.

A 31 de Dezembro de 2010, a Brandes Investments Partners, L.P. (“Brandes”) detinha, por conta dos seus clientes, um total de 46.953.365 acções da PT (das quais 13.920.222 eram detidas através de American Depositary Receipts, representando cada uma uma acção ordinária, e as restantes 33.033.143 eram acções ordinárias), representativas de 5,24% capital social da PT, estando autorizada a exercer os direitos de voto inerentes a um total de 36.877.613 acções da PT (das quais 9.352.630 acções eram detidas através de ADRs



e as restantes 27.524.983 eram acções ordinárias), representando 4,11% do capital social e dos respectivos direitos de voto na PT.

- > A 24 de Novembro de 2010, a PT comunicou que o Norges Bank detinha uma participação qualificada, correspondente a 44.324.863 acções da PT, representativas de 4,94% do capital social e dos respectivos direitos de voto.
- > A 22 de Dezembro de 2010, a PT comunicou que a TPG-Axon Capital Management, LP detinha uma participação qualificada correspondente a 37.929.088 acções da PT, representativas de 4,23% do capital social e dos correspondentes direitos de voto. Na mesma data, a TPG-Axon Capital Management, LP detinha ainda uma posição longa de 43.929.088 acções (correspondente à participação qualificada acima mencionada e opções de compra sobre 6.000.000 acções da PT), representando 4,90% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto.

Adicionalmente, a PT comunicou que o Sr. Dinakar Singh, uma pessoa singular residente em Nova Iorque, Nova Iorque, Estados Unidos da América, se encontrava em relação de domínio com a TPG-Axon Capital Management, LP e com os fundos por esta geridos.

No dia 10 de Março de 2011, a PT divulgou que o a TPG-Axon Capital Management, LP passou a deter uma participação social correspondente a menos de 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT.

- > A 24 de Novembro de 2010, a PT comunicou que o Barclays Plc detinha, directa e indirectamente, 26.373.929 acções da PT, representativas de 2,94% do capital social e correspondentes direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do Barclays Plc calculada nos termos do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº acções
Barclays Bank Plc	19.764
Palomino Ltd	60.215
Barclays Capital Inc	1.445.552
Barclays Capital Securities Ltd	24.582.888
Barclays Wealth Managers Portugal – SGFIM S.A.	265.510
Total	26.373.929

No dia 12 de Janeiro de 2011, a PT comunicou que o Barclays Plc detinha, directa e indirectamente, 21.479.305 acções da PT, representativas de 2,40% do capital social e dos respectivos direitos de voto.

- > A 31 de Dezembro de 2010, o Grupo Visabeira SGPS, S.A. (“Grupo Visabeira”, empresa detida em 83,52% pelo Senhor Engenheiro Fernando Campos Nunes) detinha um total de 11.523.213 acções da PT, correspondentes a 1,02% do capital social e dos direitos de voto na PT. Adicionalmente, a Visabeira Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. (empresa detida em 100% pela Visabeira Estudos e Investimentos, S.A., a qual era detida em 100% pela Visabeira Serviços, SGPS, S.A., que por sua vez era detida em 100% pelo Grupo Visabeira) detinha um total de 12.119.672 acções da PT, correspondentes a 1,35% do capital social e dos direitos de voto na PT. Em termos globais, a participação qualificada do Grupo Visabeira e respectivo accionista maioritário na PT ascendia a um total de 23.642.885 acções da PT, representativas de 2,64% do capital social e dos correspondentes direito de voto.

- > A 22 de Dezembro de 2010, a PT comunicou que o Deutsche Bank AG (“DB AG”) detinha uma participação qualificada e uma posição longa correspondente a 22.014.272 acções ordinárias da PT, representativas de 2,46% do capital social e dos correspondentes direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do DB AG calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

<i>Entidades</i>	<i>Nº acções</i>
DB AG	15.211.472
Deutsche Asset Management Investmentgesellschaft mBH	138.333
Deutsche Asset Management (Japan) Limited	4.732
Deutsche Investment Management Americas Inc	130.429
DWS Investment GmbH	5.883.260
DWS Investment SA, Luxembourg	563.289
Frankfurt-Trust Investment-Gesellschaft mBH	82.757
Total	22.014.272

No dia 7 de Janeiro de 2011, a PT divulgou que o DB AG passou a deter uma participação social e uma posição económica longa correspondentes a menos de 2% dos direitos de voto no capital social da PT.

- > A 10 de Dezembro de 2009, a PT comunicou que a BlackRock Inc. detinha, indirectamente, uma participação qualificada na PT de 21.025.118 acções representativas

de 2,35% do capital social e dos respectivos direitos de votos. Adicionalmente, a PT foi informada de que as referidas acções e direitos de voto eram detidos através da BlackRock Investment Management (UK) Limited.

- > A 3 de Fevereiro de 2010, a PT comunicou que a Controlinveste International Finance, S.A. detinha uma participação qualificada na PT de 20.419.325 acções, representativas de 2,28% do capital social e dos respectivos direitos de voto.

A PT informou ainda que Controlinveste International Finance, S.A. era integralmente detida pela Controlinveste International, S.à.r.l., que era detida pela Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. e pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., sendo a Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. integralmente detida pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., a qual era, por sua vez, integralmente detida pela Sportinveste, SGPS, S.A. Esta última sociedade era integralmente detida pela Controlinveste, SGPS, S.A., que era, por sua vez, integralmente detida pelo. Senhor Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira, ao qual continuavam a ser imputáveis, nos termos do nº 1 do artigo 20º do CVM, os direitos de voto correspondentes à referida participação social de 20.419.325 acções da PT representativas de 2,28% do respectivo capital social.

- > A 29 Dezembro de 2010, a PT comunicou que o The Royal Bank of Scotland Group Plc (“RBS”) detinha uma participação qualificada na PT de 19.720.324 acções, representativas de 2,20% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

Adicionalmente, a PT comunicou que a referida participação é directamente detida por The Royal Bank of Scotland, N.V., que é controlada pela RBS Holdings, N.V., a qual, por seu turno, é controlada pela RFS Holdings, B.V.. Esta última entidade é uma sociedade subsidiária da RBS.

No dia 7 de Janeiro de 2011, a PT divulgou que o Royal Bank of Scotland Group Plc passou a deter uma participação social correspondente a menos de 2% dos direitos de voto no capital social da PT.

- > A 24 de Junho de 2010, a PT comunicou que a Telefónica, S.A. detinha um total de 18.122.661 acções da PT, representando 2,02% do capital social e dos direitos de voto na PT.

A referida participação qualificada foi comunicada pela Telefónica à PT no dia 23 de Junho de 2010, tendo posteriormente a CMVM comunicado ao mercado, no dia 28 de Junho de 2010, o projecto de decisão do seu Conselho Directivo no sentido de entender que os direitos de voto inerentes às acções abrangidas por contratos de equity swap, devem continuar a imputar-se à Telefónica. Até à presente data, não foi divulgada qualquer decisão definitiva pela CMVM nem a Telefónica comunicou à PT qualquer alteração ou correcção relativa àquela participação qualificada.

- > A 11 de Outubro de 2010, a PT comunicou que o Europacific Growth Fund (“EUPAC”) detinha uma participação qualificada na PT de 18.061.608 acções, representativas de 2,01% do capital social e dos respectivos direitos de voto.

Adicionalmente, a PT informou que o EUPAC conferiu poderes à Capital Research and Management Company para exercer os direitos de voto correspondentes a esta participação qualificada.

- > A 17 de Agosto de 2010, a PT comunicou que a UBS AG detinha uma participação qualificada na PT de 17.961.777 acções da PT, correspondentes a 2.00% do capital social e dos direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

<i>Entidades</i>	<i>Nº acções</i>
UBS AG	4.954.210
UBS AG em nome de diversos dos seus clientes	10.792.509
CCR Asset Management	450.692
UBS Financial Services Inc	460.158
UBS Fund Management (Switzerland) AG	322.521
UBS Fund Services (Luxembourg) SA	651.415
UBS Global Asset Management (Americas) Inc	1.160
UBS Global Asset Management (Canada) Co	719
UBS Global Asset Management (Deutschland) GmbH	33.517
UBS Global Asset Management (UK) Ltd	150.189
UBS Global Asset Management Life Ltd	139.684
UBS Securities LLC	5.003
Total	17.961.777

- > Adicionalmente, a 15 de Março de 2011, a PT divulgou que a Telemar Norte Leste SA (“TMAR”), que a 31 de Dezembro de 2010 não era titular de qualquer participação qualificada no capital social da PT, passou a deter uma participação qualificada correspondente a um total de 26.895.360 acções ordinárias da PT, representativas de



3,00% do respectivo capital social e respectivos direitos de voto. A TMAR é directamente controlada pela Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), a qual é directamente controlada pela Telemar Participações S.A.. Por sua vez, a Telemar Participações S.A. é conjuntamente controlada pelas seguintes entidades: AG Telecom Participações, S.A., L.F. Tel S.A., Luxemburgo Participações S.A., Fundação Atlântico de Seguridade Social, BNDES Participações S.A. - BNDESPar., Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF e Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS.



Informação a prestar nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

I. Número de acções e de obrigações emitidas pela PT e por sociedades que com esta se encontram em relação de domínio ou de grupo de que são titulares os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT, a 31 de Dezembro de 2010

Conselho de Administração (incluindo membros da Comissão de Auditoria)

Henrique Granadeiro, é titular de 150 acções da PT.

Zeinal Bava, é titular de 63.161 acções da PT.

Luís Pacheco de Melo, é titular de 45 acções da PT.

Carlos Alves Duarte, é titular de 40 acções da PT.

Manuel Rosa da Silva, é titular de 90 acções da PT.

Shakhaf Wine, não é titular de quaisquer acções ou obrigações emitidas pela PT ou por outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Francisco Manuel Marques Bandeira, é titular de 483 acções da PT. Francisco Manuel Marques Bandeira é membro do Conselho de Administração da CGD, que detém 56.158.965 acções da PT, representativas de 6,26% do respectivo capital social e dos correspondentes direitos de voto.

José Guilherme Xavier de Basto, não é titular de quaisquer acções ou obrigações emitidas pela PT ou por outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

João Manuel de Mello Franco, é titular de 12.986 acções da PT. A cónjuge de João Manuel de Mello Franco é ainda titular de 322 acções da PT.



Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, é titular de 2.437 acções da PT. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes é membro do Conselho de Administração do BES, que detém 89.174.416 acções da PT, representativas de 9,95% do respectivo capital social e dos correspondentes direitos de voto.

Mário João de Matos Gomes, não é titular de quaisquer acções ou obrigações emitidas pela PT ou por outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Gerald Stephen McGowan, não é titular de quaisquer acções ou obrigações emitidas pela PT ou por outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Rafael Luís Mora Funes, não é titular de quaisquer acções ou obrigações emitidas pela PT ou por outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo, porém, a sua cónjuge titular de 501 acções da PT. Rafael Luís Mora Funes é membro do Conselho de Administração da Ongoing, que detém uma participação qualificada de 60.698.090, correspondente a 6,77% do capital social e dos direitos de voto.

Maria Helena Nazaré, não é titular de quaisquer acções ou obrigações emitidas pela PT ou por outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires, é titular de 2.146 acções da PT. Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires é membro do Conselho de Administração do BES, que detém 89.174.416 acções da PT, representativas de 9,95% do respectivo capital social e dos correspondentes direitos de voto.

Francisco Teixeira Pereira Soares, não é titular de quaisquer acções ou obrigações emitidas pela PT ou por outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Jorge Humberto Correia Tomé, não é titular de quaisquer acções ou obrigações emitidas pela PT ou por outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Jorge Humberto Correia Tomé é membro do Conselho de Administração da CGD,



que detém 56.158.965 acções da PT, representativas de 6,26% do respectivo capital social e dos correspondentes direitos de voto.

Paulo José Lopes Varela, é titular de 7.134 acções da PT. Paulo José Lopes Varela é membro da Administração do Grupo Visabeira, que detém 23.642.885 acções da PT, representativas de 2,64% do respectivo capital social e dos correspondentes direitos de voto.

Milton Almicar Silva Vargas, não é titular de quaisquer acções ou obrigações emitidas pela PT ou por outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos, é titular de 11.190 acções da PT. Nuno de Almeida e Vasconcellos é Presidente do Conselho de Administração da Ongoing, que detém uma participação qualificada de 60.698.090, correspondente a 6,77% do capital social e dos direitos de voto.

Revisor Oficial de Contas

Pedro Matos Silva, Revisor Oficial de Contas efectivo, não é titular de quaisquer acções ou obrigações emitidas pela PT ou por outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

II. Transacções sobre acções e obrigações emitidas pela PT, ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, realizadas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e no artigo 14º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, presta-se a seguinte informação respeitante às aquisições, onerações ou cessações de titularidade, por qualquer causa, realizadas no exercício de 2010 pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT e pelas demais entidades mencionadas no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais sobre acções e obrigações emitidas pela PT, ou por sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo:

- > A PT informa que o Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) lhe comunicou, que a Avistar, SGPS, S.A., sociedade integralmente detida pelo BES, realizou as seguintes transacções sobre acções da PT:

Data	Transação	Local	Nº de acções	Preço Médio
23-04-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	665	8,21
26-04-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	1000.000	8,09
30-04-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	49	7,65
03-05-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	127	7,64
05-05-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	280	7,27
06-05-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	220	7,22
10-05-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	1268.095	7,44
04-06-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	1000.000	8,52
30-06-2010	Venda	Mercado Regumentado	1000.000	7,79
20-09-2010	Venda	Mercado Regumentado	1000.000	9,50
21-09-2010	Venda	Mercado Regumentado	1000.000	9,55
22-09-2010	Venda	Mercado Regumentado	1500.000	9,63
23-09-2010	Venda	Mercado Regumentado	300	9,65
27-09-2010	Venda	Mercado Regumentado	314	9,62
27-09-2010	Venda	Mercado Regumentado	1000.000	9,63
28-09-2010	Venda	Mercado Regumentado	1000.000	9,60
29-09-2010	Venda	Mercado Regumentado	1.153.292	9,63
14-10-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	1000.000	10,22
20-10-2010	Venda	Mercado Regumentado	950	10,13
20-10-2010	Venda	Mercado Regumentado	2.000.000	10,10
21-10-2010	Venda	Mercado Regumentado	1000.000	10,25
21-10-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	1000.000	10,20
25-10-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	2.087.297	10,35
03-11-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	5.106.041	10,73
17-11-2010	Venda	Mercado Regumentado	500	9,75
17-11-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	475	9,95
17-11-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	16	9,94
19-11-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	9.333.000	10,12
22-11-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	200	10,23
22-11-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	1400.000	10,18
23-11-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	5.300.000	10,11
24-11-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	964	10,06
25-11-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	198173	10,04
26-11-2010	Aquisição	Mercado Regumentado	2.514.868	9,99

Adicionalmente, o BES informou a PT de que a Avistar é considerada uma entidade estreitamente relacionada com um dirigente da PT, em virtude de haver um dirigente daquela sociedade que é simultaneamente dirigente da PT.



Relatório e parecer da Comissão de Auditoria



RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO DE 2010

1 – Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, vem a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Sociedade" ou "PT SGPS") emitir o seu relatório e dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas Individuais da Sociedade para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e sobre a correspondente proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

As demonstrações financeiras incluídas no Relatório e Contas Individuais referem-se à actividade da Sociedade a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme previstos no novo Sistema de Normalização Contabilística. A Sociedade preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, publicadas em separado.

2 – Actividades de fiscalização

No âmbito das suas competências enquanto órgão de fiscalização da Sociedade, em 2010, a Comissão de Auditoria acompanhou a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e o cumprimento das normas legais, regulamentares e contabilísticas aplicáveis e desenvolveu um conjunto de acções de fiscalização quanto à qualidade e integridade do processo de elaboração e divulgação da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da Sociedade.

No exercício de 2010, a Comissão de Auditoria emitiu (a) 10 Pareceres Prévios sobre Propostas de Transacções com Partes Relacionadas, nos termos definidos na Ordem de Serviço n.º 409CA, de 17 de Dezembro de 2009, dos quais se destacam os pareceres relativos à proposta de alienação da participação do Grupo PT na BrasilCel/Vivo e à proposta de transferência dos planos de pensões

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107


www.telecom.pt



regulamentares do Grupo PT para o Estado Português, bem como (b) 6 outros Pareceres e Deliberações sobre assuntos vários, a solicitação dos Presidentes do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, dos quais se destacam o parecer relativo à conformidade da actuação dos administradores e colaboradores do Grupo Portugal Telecom no quadro de potenciais ou projectados investimentos em órgãos de comunicação social, designadamente na Média Capital, e a deliberação de consentimento ao pagamento de um adiantamento sobre os lucros do exercício de 2010, tendo ainda (c) apresentado a sua resposta à Consulta Pública da Comissão Europeia sobre um conjunto de temas relacionados com "Audit Policy: Lessons from the Crisis" (Green Paper).

Ao longo do exercício, a Comissão reuniu periodicamente com os responsáveis pela preparação do Relatório e Contas Individuais da Sociedade e das contas de subsidiárias relevantes, bem como com os Auditores Externos e o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, com quem comentou a adequação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados no fecho das contas e dos critérios adoptados na elaboração do relatório de gestão. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria apreciou os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e do Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, ambos sobre as referidas demonstrações financeiras individuais aprovadas pelo Conselho de Administração, os quais foram emitidos sem quaisquer reservas.

A Comissão de Auditoria exerceu também as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e execução de funções dos Auditores Externos e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e de supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos e da função de auditoria interna da PT SGPS.

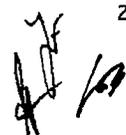
Relativamente ao sistema de controlo interno, destaca-se a sua certificação em 2010, por referência ao exercício de 2009, pelos Auditores Externos da Sociedade, em conformidade com os requisitos definidos na *Section 404* do *Sarbanes-Oxley Act*, com base na metodologia definida pelo *COSO* (*Committee of Sponsoring Organizations*), encontrando-se ainda em curso idêntica revisão com referência a 31/12/2010.

Conforme previsto no n.º 5 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria verificou, ainda, que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no Artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários que são aplicáveis ao Grupo PT.

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107

 2
www.telecom.pt



As actividades de fiscalização acima descritas serão tratadas mais pormenorizadamente no relatório de actividades da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2010 divulgado no *website* da Sociedade.

3 - Parecer sobre o relatório e contas individuais relativos ao exercício de 2010 e a correspondente proposta de aplicação de resultados

Em face do exposto, é convicção da Comissão de Auditoria que:

1 - O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da Portugal Telecom, SGPS, S.A. do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as quais compreendem o balanço individual e as demonstrações dos resultados individuais, das alterações no capital próprio individual e dos fluxos de caixa individuais e respectivo anexo às demonstrações financeiras individuais, referentes ao exercício findo naquela data, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa individuais da Portugal Telecom, SGPS, S.A., pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral Anual da PT SGPS; e,

2 - A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da Sociedade, e incluída no Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, deverá igualmente ser aprovada pela Assembleia Geral Anual da PT SGPS.

Lisboa, 25 de Março de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA

(João Manuel de Mello Franco)

OS VOGAIS

(José Guilherme Xavier de Basto)

(Mário João de Matos Gomes)

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-3001 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107

www.telecom.pt



Certificação legal das contas



P. MATOS SILVA,
GARCIA JR., P. CAIADO
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa”) do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 12.755.532.313 Euros e um total do capital próprio de 4.277.693.825 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.124.694.888 Euros), as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.1

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

Sócios: Pedro Matos Silva, António Pires Caiado, João Paulo Ferreira, Luísa Maria Rebordão

R. Machado de Castro, 76, 4º Dto 3000-320 Coimbra Telf.: 239 836 532 Fax: 239 836 937 E-mail: ms.sroc.co@mail.telepac.pt
R. Luciano Cordeiro, 113, 6º Esq. 1150-214 Lisboa Telf.: 213 522 176 Fax: 213 521 924 E-mail: ms.sroc.lx@netcado.pt

Capital social: 7 500 Euros - Contribuinte nº 501 801 804 - Inscrição na O.R.O.C. com o nº 44
Inscrição no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários nº 1054



5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, alterados em 2010 conforme mencionado no parágrafo 9. abaixo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

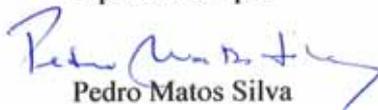
8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

ÊNFASE

9. Conforme referido na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa preparou e apresentou as suas demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício de 2010 no quadro do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), e de acordo com as respectivas estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade ("POC") para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF. Na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras individuais encontram-se detalhadas as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as NCRF.

Lisboa, 28 de Março de 2011

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por


Pedro Matos Silva



Relatório de auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de 12.755.532.313 Euros e capitais próprios de 4.277.693.825 Euros (líquidos da distribuição de um adiantamento sobre os lucros de 2010 no montante de 875.872.500 Euros), incluindo um resultado líquido de 5.124.694.888 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

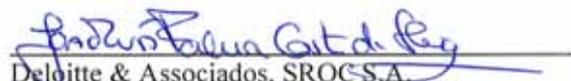
Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira da Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, alterados em 2010 conforme indicado no parágrafo 7 abaixo, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.4) do anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para aprovação e publicação em separado.
7. Conforme divulgado na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF"). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade ("POC"), para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF (Nota 2).

Lisboa, 25 de Março de 2011


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Falua Costa da Silva